

UNIVERSIDADE ABERTA DE LISBOA

Mestrado em Relações Interculturais

**ATITUDES DE CRIANÇAS EM  
RELAÇÃO AOS GRUPOS NACIONAIS**

**Sónia Da Conceição Cristina Botas**

Orientador: Professor Doutor Félix Neto

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2010

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível graças ao contributo de muitas pessoas, às quais gostaria de deixar aqui o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Félix Neto, por todo o seu trabalho e colaboração neste projecto e pela disponibilidade demonstrada sempre.

Em segundo lugar gostaria de agradecer muito às crianças que participaram na investigação, dando um contributo indispensável para este trabalho.

Gostaria também de agradecer muito à Professora Cândida Madureira, à Professora Sandra Simões, à Professora Ema Gonçalves, à Professora Ermelinda Faustino, ao Professor Vasco e à Professora Sónia Simões, pelo apoio prestado na recolha dos dados.

Agradeço ainda às minhas colegas do curso de mestrado, Fernanda Xavier, Cristina Carvalheira e Carmo Costa pela amizade e pelo debate de algumas ideias.

Agradeço também à minha amiga Caroline Peyratout pelo seu contributo e a uma amiga e Professora muito especial, Luísa Ramos de Carvalho, que tem acompanhado o meu crescimento e a minha aprendizagem há muitos anos.

Por fim agradeço à minha família, pelo apoio, pelo incentivo, pela ardente paciência que tiveram comigo e pela disponibilidade para ouvir todas as minhas dúvidas e angústias neste longo e, por vezes, difícil caminho, assim agradeço em particular ao Zé Pedro, à Inês e à João e principalmente à minha mãe, Maria Inácia Cristina, a quem eu dedico esta dissertação de mestrado.

# Índice

---

Resumo .....	VI
Abstract.....	VII
Résumé .....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
Parte I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
CAPÍTULO I - A imigração em Portugal .....	6
1.Caracterização (breve) da situação imigratória portuguesa.....	6
1.1. A comunidade cabo-verdiana .....	12
1.2. A comunidade brasileira.....	14
1.3. A comunidade chinesa.....	17
CAPÍTULO II - Relações Intergrupais: Preconceito, Discriminação e Racismo.....	20
1. Preconceito e Discriminação .....	20
2. Racismo .....	23
2.1. Contexto histórico-político do conceito .....	23
2.2. O novo racismo – racismo subtil.....	24
2.3. Da Racialização à Etnização das minorias.....	29
3. Relações Intergrupais e Identidade Social.....	31
CAPÍTULO III - Atitudes étnicas na infância.....	35
1. O que são as atitudes e como são formadas .....	35
2. Atitudes étnicas nas crianças .....	37
Parte II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA .....	43
CAPÍTULO I - Problemática.....	44
CAPÍTULO II - Metodologia.....	47
1.Amostra .....	47
2.Instrumentos e procedimentos .....	48
CAPÍTULO III - Resultados .....	51
<i>A atribuição de traços positivos e negativos ao grupo nacional e aos exogrupos ....</i>	<i>55</i>
<i>Avaliações afectivas globais.....</i>	<i>57</i>

<i>Correlações entre medidas do endogrupo e dos exogrupos.....</i>	58
CAPÍTULO IV - Discussão dos resultados .....	61
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	73
ANEXOS .....	80

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal .....	9
Figura 2 – Distribuição geográfica dos cidadãos estrangeiros .....	10
Figura 3 – Nacionalidades mais representativas .....	11

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Adjectivos positivos atribuídos pelos 120 participantes por grupo nacional.....	52
Quadro 2 – Adjectivos negativos atribuídos pelos 120 participantes por grupo nacional.....	53
Quadro 3 – Avaliação dos 120 participantes por grupo nacional .....	54
Quadro 4 – Médias e desvios-padrão do número de traços positivos atribuídos a cada grupo nacional segundo a idade .....	56
Quadro 5 – Médias e desvios-padrão do número de traços negativos atribuídos a cada grupo nacional segundo a idade .....	57
Quadro 6 – Médias e desvios-padrão das pontuações de avaliação afectiva global atribuída aos grupos nacionais segundo a idade .....	58
Quadro 7 – Correlações entre traços positivos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos segundo a idade .....	59
Quadro 8 – Correlações entre traços negativos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos segundo a idade .....	60
Quadro 9 – Correlações entre traços positivos atribuídos ao endogrupo e os traços negativos atribuídos aos exogrupos segundo a idade .....	60

## **Resumo**

No presente estudo vamos analisar o desenvolvimento do favoritismo endogrupal e do “derogation” (desvalorização) exogrupal em relação a grupos nacionais (portugueses como endogrupo e cabo-verdianos, brasileiros e chineses como exogrupos) em crianças portuguesas com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos (60 participantes com 6/7 anos e 60 participantes com 9/10 anos).

O primeiro objectivo desta investigação consistiu em examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal variam em função de grupos etários. Partimos da ideia de que os grupos etários evidenciarão preferência endogrupal. Já em relação à negatividade exogrupal era esperado que fosse menos evidente. O segundo objectivo deste estudo foi examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal seriam relativamente independentes, ou se estariam reciprocamente relacionados, de modo que percepções positivas do endogrupo nacional estivessem associadas com percepções negativas dos exogrupos nacionais (em particular, cabo-verdianos, brasileiros e chineses).

Os resultados confirmaram as hipóteses, assim em ambos os grupos etários as crianças evidenciaram preferência endogrupal, a negatividade do exogrupo, foi apenas menos evidente para o exogrupo brasileiros e não para os restantes (cabo-verdianos e chineses). Relativamente à relação entre a preferência pelo endogrupo e a negatividade do exogrupo verificou-se que estas são relativamente independentes. Assim verificou-se que o favoritismo endogrupal não está relacionado com a desvalorização exogrupal, ou seja, percepções positivas do endogrupo não estão relacionadas com percepções negativas dos exogrupos.

**Palavras-chave:** Atitudes étnicas, preconceito étnico, relações intergrupais, favoritismo endogrupal.

## **Abstract**

In the present study we are going to analyze the development of the ingroup favoritism and outgroup derogation in relation to national groups (Portuguese as ingroup and Cape-Verdeans, Brazilian and Chinese as outgroups) in Portuguese children with ages between 6 and 10 years (60 participants with 6/7 years and 60 participants with 9/10 years).

The first aim of this research was to examine whether the ingroup favoritism and outgroup derogation changes according to the age groups. We started from the idea that the age groups would show ingroup preference. However in relation to negativity outgroup it was expected to be less evident. The second aim of this study was to examine if the ingroup favoritism and outgroup derogation would be relatively independent, or if they would be related to each other, so that positive perceptions of national ingroup were associated with negative perceptions of national outgroups (in particular, Cape-Verde, Brazilian and Chinese).

In a nut Shell, the results confirmed the hypotheses, and in both age groups, the children showed ingroup preference, the negativism of the outgroup was less obvious in the Brazilian group but not in the others (Cape-Verdeans and Chinese).

Regarding the relation between the preference for the ingroup and the negativity of the outgroup we realized that these are relatively independent. As a result, we found that the ingroup favoritism is not related with outgroup derogation, it means that, positive perceptions of the ingroup are not related with negative perceptions of the outgroups.

**Keywords:** Ethnic attitudes, ethnic prejudice, intergroups relations, ingroup favoritism.

## Résumé

Dans cette étude, nous allons analyser le développement du favoritisme endogroupe et de la dérogation envers l'exogroupe concernant les groupes nationaux (les portugais pour l'endogroupe et les Cap-Verdiens, Brésiliens et Chinois pour l'exogroupe) chez les enfants portugais âgés de 6 à 10 ans (60 participants de 6/7 ans et 60 participants de 9/10 ans).

Le premier objectif de notre recherche a été d'examiner si le favoritisme endogroupe et la dérogation envers l'exogroupe variaient en fonction de l'âge. Nous sommes partis de l'idée que les deux groupes d'âge montreraient leur préférence pour l'endogroupe. Déjà en relation avec la négativité envers l'exogroupe, nous nous attendions à ce que ce soit moins évident. Le deuxième objectif de cette étude fut d'examiner si le favoritisme endogroupe et la dérogation envers l'exogroupe sont indépendants ou s'ils sont interdépendants, de telle sorte que les perceptions positives de l'endogroupe national se trouvent associées aux perceptions négatives des exogroupes nationaux (en particulier, Cap-Verdiens, Brésiliens et Chinois).

Les résultats ont confirmé nos hypothèses. Ainsi, dans les deux classes d'âge, les enfants montrent leur préférence pour l'endogroupe, la négativité envers l'exogroupe fut moins évidente pour l'exogroupe Brésilien que pour les autres (Cap-verdiens et Chinois). On a pu constater que la préférence pour l'endogroupe et la négativité envers l'exogroupe étaient relativement indépendants. Dès lors, on a pu vérifier que le favoritisme endogroupe n'était pas en relation avec la dérogation envers l'exogroupe, ce qui signifie que les perceptions positives de l'endogroupe ne sont pas en relation avec les perceptions négatives des exogroupes.

**Mots-clés :** attitudes ethniques, préjugé ethnique, relations intergroupes, favoritisme endogroupe.

# INTRODUÇÃO

---

As sociedades actuais são caracterizadas por uma, cada vez maior, diversidade cultural, conseqüente do crescente movimento migratório das populações mundiais. Os movimentos migratórios referem-se à mobilidade das pessoas no mundo, pessoas que partem do seu país de origem (emigrantes) e pessoas que chegam a um país de acolhimento (imigrantes). A sociedade portuguesa não é excepção, constituindo-se como uma sociedade multicultural, desde logo é composta por um grande número de imigrantes, actualmente contabilizados em cerca de 440 227 cidadãos.

Sendo a instituição escolar o reflexo da sociedade, é frequente encontrar hoje nas escolas portuguesas uma multiculturalidade em constante crescimento. Assim, o grande desafio com o qual a escola se depara hoje é saber gerir e integrar a diferença cultural que a caracteriza, de forma a garantir uma escola inclusiva, uma escola para todos. Para alcançar este objectivo é fundamental compreender o funcionamento das relações intergrupais que se estabelecem na infância, esta constitui-se uma fase importante da vida dos indivíduos onde se adquirem e desenvolvem percepções sobre si e sobre os outros. Estas percepções por vezes dão origem a atitudes e preconceitos dirigidos a grupos minoritários, criando-se e reproduzindo-se na sociedade uma imagem negativa sobre estes grupos. É por isso essencial desconstruir conceitos prévios responsáveis pela exclusão de indivíduos culturalmente diferentes. Desta forma, o estudo das relações intergrupais entre pessoas culturalmente diferentes, assim como os processos subjacentes a essas relações, como as atitudes e os preconceitos dirigidos ao *outro* (àquele que é culturalmente diferente), são fundamentais serem compreendidos para que

se possa efectivamente criar uma escola e conseqüentemente uma sociedade justa e igualitária, liberta de qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Embora o alcance deste objectivo possa parecer uma utopia, avançar no conhecimento científico destes fenómenos revela-se fundamental para o progresso da sociedade em que vivemos hoje.

Esta dissertação de mestrado está inserida portanto no âmbito dos estudos das relações interculturais, mais particularmente da psicologia social do desenvolvimento, que tem analisado as relações intergrupais e o favoritismo endogrupal na infância. Assim, no presente estudo vamos analisar o desenvolvimento do favoritismo endogrupal e do “derogation” (desvalorização) exogrupal em relação a grupos nacionais (portugueses como endogrupo e cabo-verdianos, brasileiros e chineses como exogrupos) em (120) crianças portuguesas com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, inseridas em escolas públicas portuguesas.

Este trabalho tem dois objectivos. O primeiro é examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal variam em função dos grupos etários participantes no estudo. O segundo objectivo é examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal seriam relativamente independentes, ou se estariam reciprocamente relacionados, de modo que percepções positivas do endogrupo nacional estivessem associadas com percepções negativas dos exogrupos nacionais (em particular, cabo-verdianos, brasileiros e chineses). Segundo estudos recentes (e.g., Barrett, 2007; Bennett *et al.*, 2004) é de esperar que as duas dimensões sejam independentes. Segundo o método de Bennett *et al.* (2004), método que utilizámos no presente estudo, o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal são avaliados de modo independente, pois solicita-se às crianças para efectuarem avaliações independentes do endogrupo nacional e dos outros grupos nacionais, isto é, as crianças podem atribuir um número igual de adjectivos positivos e negativos ao endogrupo

nacional e aos exogrupos. Nesta medida o estudo empírico apresentado neste trabalho parece-nos inovador porque os participantes não são pressionados a fazer uma escolha entre o endogrupo e o exogrupo e têm a liberdade para não atribuir um qualquer adjectivo a nenhum dos grupos. No caso dos adjectivos negativos, as crianças podem considerar que nem o seu grupo de pertença nem o grupo ao qual não pertencem tem essa dada característica, e se fossem solicitadas a atribuí-los a qualquer um dos grupos encontrariam-se mais susceptíveis de favorecer o próprio grupo em detrimento do exogrupo (Bennett *et. al.*, 2004).

Este trabalho é constituído por duas partes. A primeira refere-se ao enquadramento teórico da problemática em estudo e a segunda parte refere-se à investigação empírica desenvolvida. Vamos passar de seguida a uma breve síntese dos capítulos que compõem cada uma das duas partes.

Na primeira parte, no capítulo 1 elaboramos uma breve caracterização da situação imigratória em Portugal, dando especial enfoque à caracterização sócio-demográfica das comunidades imigrantes que constituem os exogrupos do nosso estudo, as comunidades cabo-verdiana, brasileira e a chinesa. No capítulo 2 elaboramos uma revisão da literatura sobre a identidade social (dando especial relevância à *Teoria da Identidade Social* de Tajfel), as relações intergrupais e os fenómenos que lhe são inerentes, como o preconceito, a discriminação e o racismo. No capítulo 3 elaboramos uma revisão da literatura sobre as atitudes étnicas nas crianças e sobre as investigações que têm sido desenvolvidas sobre esta problemática na infância, ou seja, sobre a manifestação das atitudes positivas face ao grupo de pertença (endogrupo) e das atitudes negativas dirigidas aos outros grupos (exogrupos).

Na segunda parte, no capítulo 1 apresentamos a problemática da investigação empírica, esta consiste no estudo do desenvolvimento do favoritismo endogrupal e do

“derogation” exogrupal em crianças portuguesas relativamente a grupos nacionais (portugueses, cabo-verdianos, brasileiros e chineses). Ainda neste capítulo são apresentados os objectivos do presente estudo e são levantadas as hipóteses com as quais partimos para a investigação. No capítulo 2 é apresentado a metodologia da investigação empírica, mais concretamente, é caracterizada a amostra que participou no presente estudo e são apresentados os instrumentos e os procedimentos utilizados no mesmo. No capítulo 3 são apresentados os resultados da investigação e no capítulo 4 os resultados são discutidos à luz das teorias apresentadas na primeira parte deste trabalho.

Por fim apresentamos as conclusões gerais do trabalho desenvolvido, apontando alguns caminhos possíveis de serem explorados no futuro no campo da investigação que conduzimos nesta dissertação.

**Parte I**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

# CAPÍTULO I

## A imigração em Portugal

---

### 1. Caracterização (breve) da situação imigratória portuguesa

Historicamente Portugal esteve sempre marcado pelo contacto entre povos, tendo este alcançado uma grande expressão no período designado por Descobrimentos, nos séculos XV e XVI, no qual o povo português se dispersou por várias terras e continentes, criando um espaço de comércio, evangelização e cultura muito influente (Miranda, 2002). Além disso, assistiu-se ao longo da história a movimentos emigratórios, que também propiciaram esse contacto entre povos, de tal forma que vários autores (e.g., Godinho, 1978; Rocha-Trindade, 1988; Serrão, 1978) afirmam que o movimento migratório português é um “fenómeno histórico estrutural”.

No final da segunda grande guerra, a Europa encontrava-se destruída e a necessitar de mão-de-obra e por isso alguns países europeus adoptaram políticas activas de recrutamento de mão-de-obra a fim de prosperar a nação. Inicialmente, julgaram ser um recrutamento temporário para a satisfação das necessidades nacionais e que posteriormente estes trabalhadores estrangeiros regressariam aos seus países de origem. Mas efectivamente tal não aconteceu, os trabalhadores temporários instalaram-se permanentemente, com as suas famílias, nos países de acolhimento. Como resultado desta permanência prolongada os imigrantes que até então apenas detentores de direitos associados à sua actividade profissional, passaram a reivindicar um conjunto alargado de direitos. Desta forma os Estados-nação começaram a sentir grandes dificuldades em dar resposta a esta mudança significativa originada pelos movimentos migratórios, uma

vez que as suas instituições não se encontravam preparadas para lidar com a diversidade cultural que se começava a sentir.

Portugal, país tradicionalmente fornecedor de mão-de-obra, passou também a assistir a movimentos imigratórios internos. A partir da década de 60 começa a registar-se a vinda para Portugal de um fluxo de imigrantes cabo-verdianos, e após a revolução de Abril de 1974 dá-se a chegada de outras populações africanas oriundas das ex-colónias, grande parte deste fluxo é composto por indivíduos e famílias que fogem a contextos de mudança, instabilidade política e situações de guerra, podendo por isso ser considerado como migração de refugiados (Saint-Maurice e Pires, 1989 cit em Machado, 1997).

Mais recentemente, nos anos 90, começa a ter maior expressão os movimentos imigratórios, de tal forma que se faz a primeira regularização extraordinária de imigrantes, em 1993, e “for the first time, Portugal was officially defined as a country of immigration” (Horta, 2004; p. 65). Para além desta intensificação de entradas de imigrantes assiste-se a uma diversificação dos fluxos: uma ligeira diminuição no ritmo da imigração africana, um crescimento da imigração indiana e chinesa, uma retoma da imigração europeia e um aumento significativo da população brasileira (SEF, 2008).

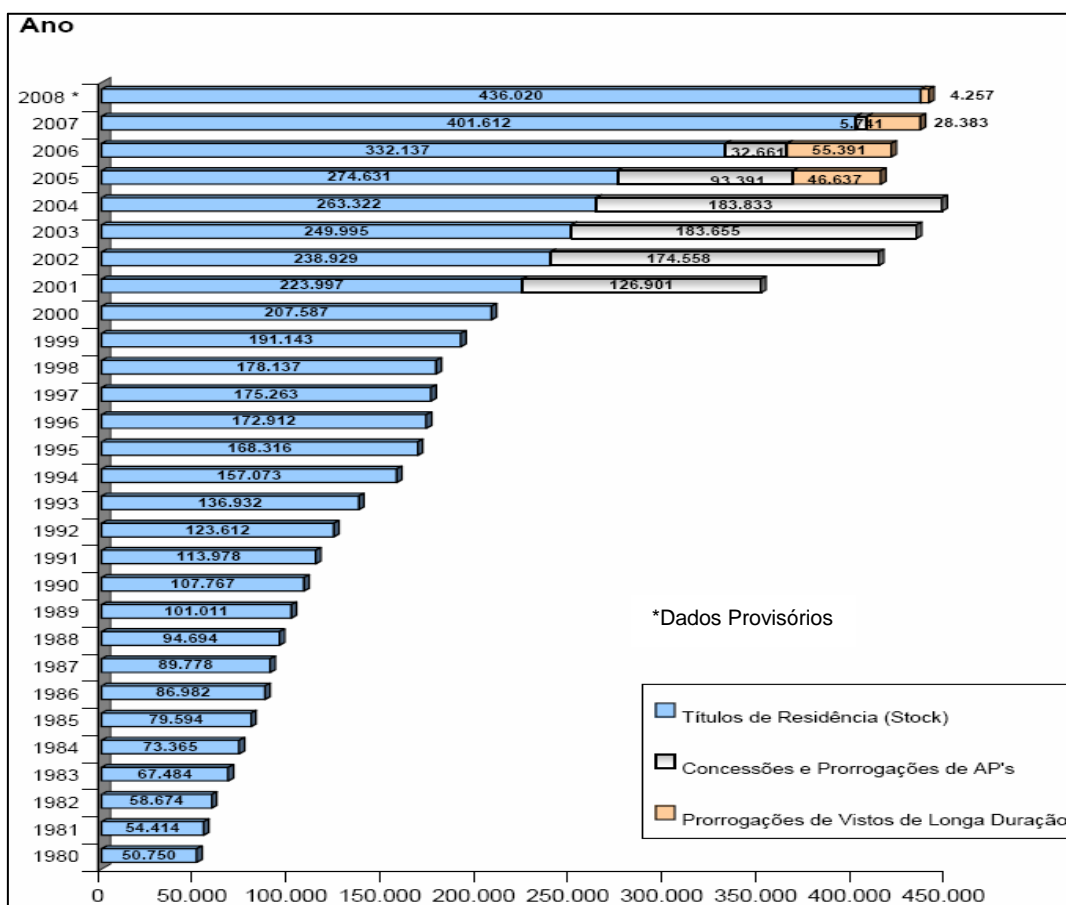
A imigração em Portugal é bipolarizada, sendo composta por dois segmentos bem diferenciados (Baganha, 2001). Um segmento composto por nacionais dos países europeus e do Brasil, que possuem elevadas qualificações e o seu padrão residencial é disperso relativamente à AML (Área Metropolitana de Lisboa) e, um outro segmento composto por nacionais dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), que possuem qualificações baixas e constituem mão-de-obra barata, tendo estes a concentração residencial na AML.

No entanto é a partir do ano 2000 que se verifica uma profunda alteração, uma vez que a população de estrangeiros legalmente residente em Portugal sofreu um aumento de cerca de 100% (Rocha-Trindade, 2003). Assim, mais uma vez assiste-se a um novo e significativo fluxo de imigrantes, estes provenientes da Europa do Leste na sequência da emergência de estados independentes pós-soviéticos (SEF, 2008).

Esta mobilidade é essencialmente motivada por questões económicas, sendo desta forma a procura de trabalho o principal motivo para estes fluxos, no entanto com a entrada de Portugal na União Europeia e com o *Acordo de Schengen*, para além de Portugal ser visto como uma oportunidade de trabalho é considerado uma porta de entrada para a Europa (Miranda, 2002). Contudo, actualmente as migrações devem ser enquadradas conjuntamente com temáticas tão emergentes como a globalização, o transnacionalismo ou a reivindicação de direitos.

De seguida iremos apresentar elementos estatísticos de forma a desenhar um retrato, em termos de origem e composição, da população imigrante em Portugal na actualidade. De acordo com os dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), organismo estatal responsável pelo controlo da entrada, saída e permanência de estrangeiros em território nacional, no ano de 2008, residiam ou permaneciam de forma legal em Portugal 440 277 cidadãos de nacionalidade estrangeira. No entanto estes dados estatísticos, apesar de serem considerados pelo SEF (2009) um “*Stock Provisório*”, não contabilizam as entradas e saídas irregulares de estrangeiros nem os imigrantes com nacionalidade portuguesa. Na figura 1 pode observar-se a evolução da população imigrante em Portugal.

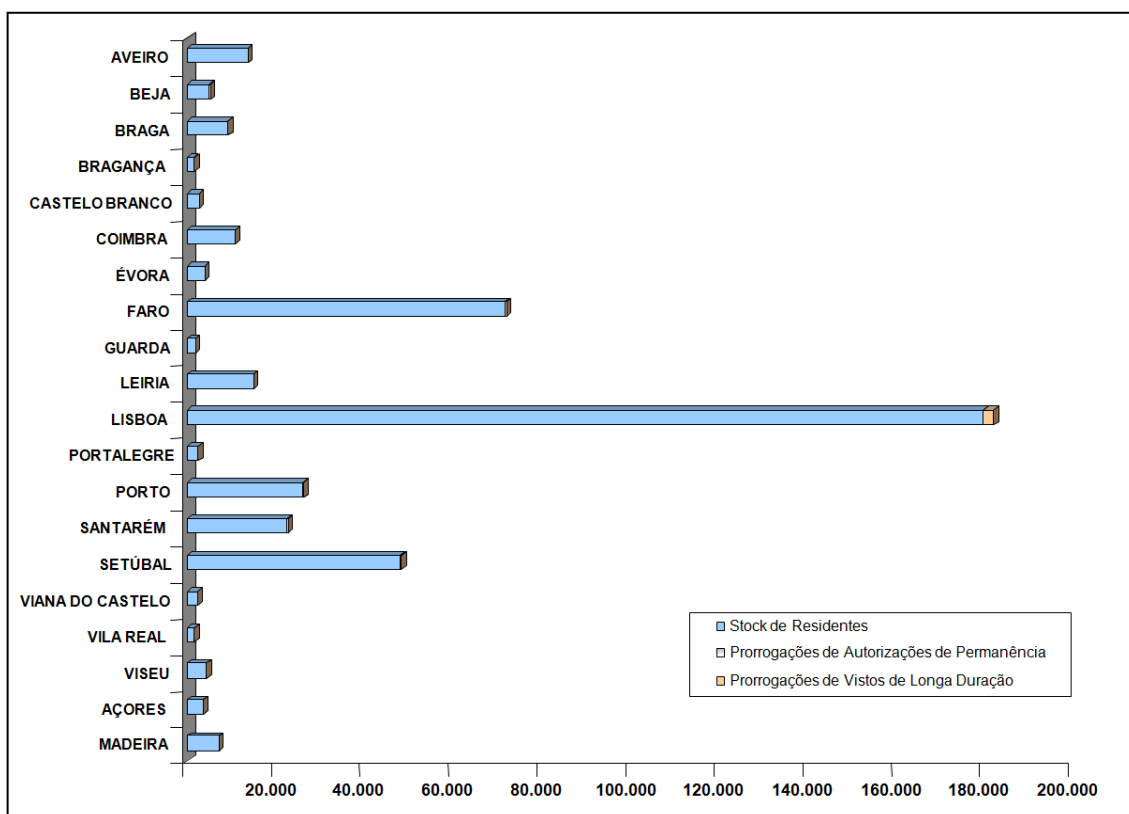
Figura 1: Cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal



Fonte: SEF, Relatório de 2008

A população imigrante é composta, por mais de metade, cerca de 55%, por indivíduos do sexo masculino e relativamente à faixa etária, esta situa-se entre os 20 e 39 anos (SEF, 2008), duas características próprias do perfil da imigração portuguesa. Relativamente à distribuição geográfica da população estrangeira em território português, a mesma pode ser observada na figura 2, constata-se que a maioria da população imigrante se concentra na AML, há também uma percentagem significativa concentrada no Algarve. É contudo importante salientar que a imigração recente é mais dispersa pelo país do que a mais antiga, no entanto a escolha do litoral do país é uma constante.

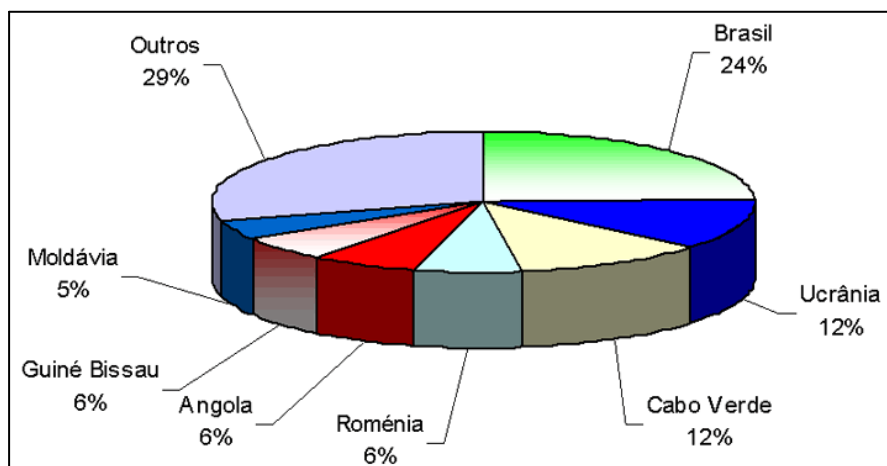
**Figura 2: Distribuição geográfica dos cidadãos estrangeiros**



Fonte: SEF, Relatório de 2008

Por fim, a nacionalidade estrangeira mais representativa em Portugal, como se pode observar na figura 3, são os nacionais do Brasil, que em 2007 era já a comunidade imigrante mais numerosa, em 2008 aumentou significativamente o seu número correspondendo actualmente a 106 961 indivíduos, ou seja, quase um quarto da população imigrante em Portugal. A segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal é a ucraniana, contabilizando 52 494 cidadãos e em terceiro lugar surge a comunidade cabo-verdiana com 51 352 cidadãos, tendo sido esta comunidade a segunda mais representativa de Portugal no ano anterior (SEF, 2009).

**Figura 3: Nacionalidades mais representativas**



Fonte: SEF, Relatório de 2008

A imigração veio assim introduzir importantes transformações na sociedade portuguesa, principalmente a partir da década de 90. Dada a realidade da situação imigratória em Portugal apresentada anteriormente, foram seleccionadas para a nossa investigação, as comunidades cabo-verdiana, brasileira e chinesa, essencialmente por dois aspectos. O primeiro aspecto refere-se ao facto de estas comunidades serem bastante representativas em Portugal, principalmente as comunidades brasileira e cabo-verdiana. Segundo dados<sup>1</sup> recolhidos no Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) do Ministério da Educação, no ano lectivo 2008/2009, estavam matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico 5 995 alunos de nacionalidade brasileira, 1 890 alunos de nacionalidade cabo-verdiana e 309 alunos de nacionalidade chinesa. Nestes dados era possível constatar ainda que, de todos os alunos estrangeiros matriculados nas escolas do 1º Ciclo, os nacionais do Brasil logo seguidos pelos nacionais de Cabo-Verde são os mais numerosos. O segundo aspecto refere-se ao facto de serem comunidades que se apresentam salientes para os participantes da nossa

<sup>1</sup> Dados não validados e referentes a Portugal continental

investigação. De seguida vamos passar a uma caracterização muito breve das comunidades imigrantes seleccionadas para o presente estudo.

### **1.1. A comunidade cabo-verdiana**

A comunidade cabo-verdiana no seu processo migratório teve, na época contemporânea, três períodos fundamentais (Horta e Malheiros, 2004). O primeiro período teve início na década de 50, situando-se ainda no contexto colonial, até à década de 60, e refere-se a migrações de estudantes e laborais. O segundo período, entre 1975 a 1985, é marcado pelo processo de descolonização, verificando-se então que são os factores inerentes ao arquipélago de Cabo Verde e à sua independência, em 5 de Julho de 1975, que irão modificar muito o quadro emigratório. Com a descolonização ocorreu quer um fluxo de saída directo (de Cabo Verde para a ex-metrópole), quer um fluxo de saída indirecto (de cabo-verdianos que deixaram outras ex-colónias e se fixaram em Portugal); estes fluxos conduziram a um grande crescimento da comunidade cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa. A partir de 1985 até aos dias de hoje pode ser considerado um terceiro período, sendo esta imigração essencialmente laboral. A entrada de Portugal na União Europeia em 1986 proporcionou uma remessa de fundos estruturais, reflectindo assim um aumento das necessidades de mão-de-obra.

A Comunidade cabo-verdiana manteve sempre uma corrente imigratória relevante, apoiada fundamentalmente por redes de apoio informal já instaladas. Machado (1997) faz notar que os primeiros imigrantes, ainda nos anos 60, lançaram as bases de uma cadeia migratória que se mantém activa até aos dias de hoje. No processo

migratório cabo-verdiano Portugal funcionou quer como destino final, quer como ponto de passagem para outros locais da Europa (como Holanda, França, Itália, Luxemburgo ou Suíça).

O espaço residencial da comunidade cabo-verdiana, cerca de 90%, concentra-se na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente em bairros periféricos de Lisboa, como é exemplo Amadora, Oeiras e Loures. Existe igualmente pequenas concentrações no Algarve (em Loulé), na Área Metropolitana do Porto e em Sines e Santo André (Horta e Malheiros: 2004). A concentração em bairros periféricos de Lisboa contribuiu para o aumento do índice de segregação desta comunidade.

Outra característica da comunidade imigrante cabo-verdiana em Portugal é a diminuição progressiva da população activa, inversamente às outras comunidades de imigrantes.

A população cabo-verdiana é também a comunidade com qualificações académicas mais baixas de toda a população imigrante (Saint-Maurice, 1997). Dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no recenseamento geral da população em 2001, referem que cerca de 19,5% da população cabo-verdiana é analfabeta, 13,4% sabe ler e escrever mas não possui qualquer grau académico, pouco mais de metade, 58,5 %, tem o ensino básico e apenas 1,4% desta população tem o ensino superior.

Relativamente à inserção da comunidade cabo-verdiana no mercado de trabalho verifica-se que os seus perfis de inserção profissional são fortemente marcados por categorias profissionais menos qualificadas e menos valorizadas socialmente, como a construção civil, as limpezas industriais e domésticas. Cerca de 85% trabalha nestas categorias profissionais, superando a média de 77% das outras populações africanas estabelecidas em Portugal (Horta e Malheiros, 2004). A inserção nestas categorias profissionais menos qualificadas deve-se essencialmente aos níveis de escolaridade

baixos, mas deve-se também às redes sociais endógenas à comunidade que criam oportunidades no mercado de trabalho informal.

Relativamente ao associativismo, o caso cabo-verdiano está estritamente ligado a contextos históricos, sociais e políticos específicos, caracterizando-se desta forma em três principais fases. A primeira fase, de 1970 a 80, é marcada por grandes mudanças políticas e sociais em Portugal e Cabo Verde; a segunda fase, de 1980 a 90, de onde surgem novas formas de integração social direccionadas para a população imigrante; por último a terceira fase, dos anos 90 aos nossos dias, na qual se assiste à proliferação de associações cabo-verdianas com variadas orientações, estratégias e áreas de intervenção (Horta e Malheiros: 2004).

Actualmente, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2009), residem ou permanecem de forma legal em Portugal 51 352 cidadãos cabo-verdianos, passando esta comunidade a ser a terceira mais representativa em Portugal, cerca de 12% do total da população imigrante, no entanto durante muitos anos foi a comunidade imigrante mais representativa no país, recentemente foi ultrapassada pelos nacionais do Brasil e da Ucrânia.

## **1.2. A comunidade brasileira**

A presença brasileira em Portugal é um fenómeno antigo (Góis *et al.*, 2009), os primeiros brasileiros a chegar ao país foram os torna-viagens dos séculos XIX e XX (Rocha-Trindade, 1995). Além destes, foram chegando ao longo do tempo retornados e exilados das ditaduras brasileiras e posteriormente, em meados dos anos 80, os profissionais muito qualificados, como: dentistas, especialistas de *marketing*,

informáticos, etc. Este movimento migratório foi designado por “primeira vaga” (Malheiros, 2007), no qual os níveis de qualificação eram elevados. Estes fluxos ocorreram antes do processo designado de proletarização desta imigração (Padilha, 2006, cit. em Góis *et al.*, 2009), na qual os imigrantes se caracterizavam por origens socioeconómicas mais humildes com empregos de menor qualificação (Góis *et al.*, 2009). Os fluxos migratórios brasileiros para Portugal são irregulares o que faz com que ocorra uma subestimação dos números (Góis *et al.*, 2009).

Entre os finais dos anos 90 e princípios do século XXI assiste-se a um fluxo de imigrantes brasileiros bastante mais significativo, conhecido pela “segunda vaga”, com níveis de instrução mais reduzidos e direccionados para segmentos do mercado de trabalho menos qualificados (Malheiros, 2007). Assim, entre 1993 e 2003, o número de imigrantes brasileiros cresceu quase nove vezes, passando a sua percentagem, no total dos estrangeiros em Portugal, de menos de 9% para aproximadamente 15% (Malheiros, 2007).

No que respeita ao mercado de trabalho, a maioria da população brasileira está inserida nos serviços, na construção civil e no serviço doméstico, registando-se assim uma mudança no perfil desta população, observando-se actualmente que os imigrantes brasileiros são menos qualificados (Malheiros, 2007). Os Censos realizados em 1991 indicam que os imigrantes brasileiros estavam concentrados em profissões intelectuais e científicas, profissões técnicas intermédias e profissões ligadas aos serviços de protecção e segurança pessoais e domésticos, nos Censos realizados dez anos depois, em 2001, constata-se que a maioria desta população encontra-se no mercado de trabalho a exercer funções menos qualificadas: operários e empregos de serviços e comércio a par de técnicos intermédios (Malheiros, 2007).

Desde logo, a partir do final da década de 90, observa-se um novo perfil da imigração brasileira que coincidiu com um aumento absoluto da mesma, tendo ficado este processo conhecido como a “segunda vaga” de imigração brasileira (Malheiros, 2007).

Desde então esta população imigrante em Portugal não pára de crescer, actualmente representa 24% dos cidadãos estrangeiros em situação legal, o que leva os autores de um estudo sobre a recente imigração brasileira em Portugal a equacionar se não estaremos perante uma “terceira vaga” de imigrantes brasileiros em Portugal, mais numerosa e com características diversas (ver Góis, P. Marques, J. Padilla, B. e Peixoto, J. 2009).

Alguns estudos apontam ainda para a “intensificação” de casamentos mistos, entre cidadãos portugueses com cidadãs brasileiras (Togni, 2009 e Peixoto, 2009, cit. em Góis *et al.*, 2009) o que leva alguns autores a considerarem o casamento misto como uma estratégia de integração na sociedade portuguesa (Togni, 2009; Padilha, 2009a, cit. em Góis *et al.*, 2009), contudo outros consideram que o casamento misto é uma via de legalização (Góis *et al.*, 2009).

Outra característica inerente ao percurso dos imigrantes brasileiros é o importante papel das redes sociais, o que tem provocado o aumento do associativismo brasileiro em Portugal (Góis *et al.*, 2009).

Os nacionais do Brasil são hoje a população estrangeira mais numerosa em Portugal, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2008, residiam ou permaneciam de forma legal em Portugal 106 961 cidadãos brasileiros, passando esta comunidade a ser a mais representativa em Portugal, aliás já o era no ano anterior, cerca de 24% do total da população imigrante.

### 1.3. A comunidade chinesa

A emigração chinesa caracterizou-se, desde o início, por uma dispersão generalizada, que se acentua hoje pela alta mobilidade migratória que acompanha o processo de globalização. É considerada por vários autores (Chaliand e Rageau, 1995; Rocha-Trindade, 1995; Neves, 2007) a maior diáspora do mundo. Esta população encontra-se dispersa pelos mais diversos pontos do globo e actualmente é estimada em cerca de 40 a 50 milhões de indivíduos (Neves, 2007).

As comunidades imigrantes chinesas são caracterizadas por uma forte identidade cultural e pela manutenção de laços com o país de origem (Neves e Rocha-Trindade, 2008). São tendencialmente fechadas, a comunidade chinesa dilui-se pouco na sociedade de acolhimento, mantendo uma forte ligação às origens. A marca da comunidade chinesa mais evidente no país de acolhimento, nos locais onde ela é muito numerosa, é a *chinatown*. Estes espaços são marcas territoriais de comunidades onde se concentram um grande número de residentes e negócios. Nestas comunidades mantêm-se as regras específicas de funcionamento, de convivência de acordo com os modelos hierárquicos da sociedade de origem, são verdadeiras ilhas económicas de sucesso que se baseiam na protecção e controlo das redes. Se por um lado, funcionam como garantia de sucesso e de prosperidade, por outro, de uma perspectiva intercultural, são apontadas por muitos, como *bubble worlds* - comunidades fechadas ao mundo exterior.

As comunidades chinesas estabelecem-se essencialmente através de redes. As redes transnacionais, familiares e económicas, são fundamentais para a prosperidade deste grupo. A presença de negócios em diferentes países, sem romper com os vínculos de origem, proporciona mão-de-obra, alianças matrimoniais, oportunidades para

promover o prestígio social, investindo em diversos sectores comerciais. Desta forma, a grande mobilidade é outra característica desta comunidade.

A comunidade chinesa em Portugal é composta por três grupos distintos (Neves e Rocha-Trindade, 2008). Um primeiro grupo, oriundo de Moçambique que chega a Portugal nos anos 70 durante o processo de descolonização e escolheu Portugal por questões políticas. Um segundo grupo, oriundo da República Popular da China, o grupo dominante de toda a população chinesa, e que chega a Portugal em duas vagas distintas: (1) década de 80, motivada pelas dificuldades económicas e pela pobreza que afectava na altura a maioria das regiões da China, é por isso denominada “imigração de necessidade”; (2) segunda metade da década de 90, motivada pela internacionalização economia e integração na economia mundial, é por esta razão denominada de “imigração de oportunidade”. Por fim, um terceiro grupo oriundo de Macau, Hong Kong e Taiwan que chega a Portugal na década de 90 devido ao processo de transição da soberania para a China (Neves e Rocha-Trindade, 2008). Estes três grupos são distintos entre si, não só pela origem geográfica como também pela língua e pelas referências culturais, funcionando de forma separada e com reduzida interacção entre si.

Com a abertura dos mercados e a crescente mobilidade das migrações, estabelecem-se redes dinâmicas de comércio a uma escala transcontinental, assistindo-se a uma reconfiguração da emigração chinesa, que se torna cada vez mais dinâmica. Ao sentirem que nos países do norte da Europa o mercado atingiu o ponto de saturação, rapidamente os empresários chineses se deslocaram para novos destinos, vieram para o sul da Europa, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália. Assim a comunidade chinesa já apresentava experiência internacional antes de se instalar em Portugal.

As comunidades chinesas tiram o maior partido do potencial do mercado, identificando e dando resposta às oportunidades de negócio onde quer que elas surjam.

A esta visão estratégica acresce uma elevada taxa de empreendedorismo e experiência comercial. A sua actividade centra-se predominantemente no sector dos serviços, em particular no comércio (de retalho e grossista) tendo o sector da restauração diminuído (Neves e Rocha-Trindade, 2008).

A maioria dos imigrantes chineses em Portugal é composta por indivíduos jovens, 68% tem menos de 40 anos, 29,6% menos de 30 anos, 38,5% tem entre 31 e 40 anos e encontra-se concentrada em três distritos principais: Lisboa, Porto e Faro, os quais em conjunto representam 76,1% de toda a comunidade em Portugal (Neves e Rocha-Trindade, 2008).

O associativismo chinês tem uma função instrumental para a dinamização das relações económicas entre os empresários chineses em Portugal e a China, assim o associativismo da comunidade imigrante chinesa em Portugal tem objectivos fundamentalmente externos e não internos (Neves e Rocha-Trindade, 2008).

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em 2003 a comunidade chinesa em Portugal era composta por 9 059 indivíduos, representando na altura cerca de 2,3% do número de estrangeiros que residiam ou permaneciam de forma legal em Portugal, constituindo a maior comunidade asiática no país. Posteriormente aumentou a sua representatividade para 10 167 indivíduos em 2006 e 10 448 em 2007, contudo as associações chinesas apontam as suas estimativas para cerca de 15 000 ou 17 000 imigrantes chineses em Portugal (Neves e Rocha-Trindade, 2008).

Neves (2007) apresenta a comunidade chinesa como um paradoxo: tem sido apresentada, pelas sociedades multiculturais ocidentais, a integração dos grupos étnicos na sociedade de acolhimento como um factor fundamental para o seu desenvolvimento, no entanto, verifica-se que a comunidade chinesa prospera sem se integrar.

# CAPÍTULO II

## Relações Intergrupais: Preconceito, Discriminação e Racismo

---

### 1. Preconceito e Discriminação

Os preconceitos são tão antigos quanto a história da humanidade (Lima e Vala, 2004; Taguieff, 1997). O preconceito foi definido por Allport (1954) como uma atitude hostil contra um indivíduo por ele pertencer a um grupo desvalorizado socialmente. Deste modo existem tantos tipos de preconceitos na nossa sociedade quantas são as pertenças a grupos minoritários existentes na estrutura social, contudo o que importa para o nosso estudo é o preconceito racial ou étnico, que é aquele que é dirigido a grupos definidos em função de características fenotípicas (como a cor da pele...).

Para Allport (1954, cit. em Neto, 1998; p.507) “o preconceito étnico é uma antipatia baseada em generalização errada e inflexível. Pode ser sentido ou pode exprimir-se. Pode dirigir-se a um grupo como um todo, ou a um indivíduo por ser membro desse grupo.”. Poder-se-á desta forma concluir que o preconceito étnico faz parte de uma atitude etnocêntrica. A atitude etnocêntrica é a “visão das coisas segundo a qual o nosso próprio grupo é o centro de todas as coisas, sendo todos os demais grupos medidos e avaliados por referência ao primeiro” (William G. Summer, 1906, cit. em Cuche, 2003). Esta forma de pensar e agir não permitirá a compreensão do *Outro* em toda a sua dimensão, o seu reconhecimento e a sua aceitação, podendo assim assumir um papel de grande intolerância cultural. Gusmão (1997; p. 17) defende que “a

superação do etnocentrismo, a apreensão do diverso para compreendê-lo em relação, significa relativizar o próprio pensamento para construir um conhecimento que é o *Outro*”. Não obstante, esta capacidade de descentração, esta capacidade para relativizar a cultura à qual o indivíduo pertence é, extraordinariamente, difícil como refere Lévi-Strauss (s/d, [1952]; p.19-20), “a atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos”. O etnocentrismo, no seu limite, conduz-nos à exclusão do *Outro*. No entanto, é necessário perceber que o não conhecimento cultural efectivo dos indivíduos é, em certa medida, um desconhecimento de si próprio; como refere Silva (1994), o indivíduo que não se abre ao conhecimento do *Outro* morre fechado sobre a sua própria imagem porque apenas se permite ao conhecimento de si. Esta alteridade proposta por Silva permite a compreensão do indivíduo em toda a sua dimensão; já que lhe possibilita reconhecer a diferença e semelhança entre si e os demais e a diversidade cultural existente no mundo. É neste sentido que Taguieff (1997, p. 17) afirma, interpretando o pensamento de Lévi-Strauss, que o “verdadeiro selvagem é aquele que não relativiza as evidências do seu grupo de pertença, não pensa descentrado”.

Mas se é verdade que o racismo reaviva certas características do etnocentrismo, não se poderá reduzir a estas, a atitude etnocêntrica não implica a redução do racismo ao etnocentrismo (Taguieff, 1997), nem este se esgota no preconceito racial ou étnico, o racismo é muito mais do que uma atitude.

A manifestação comportamental do preconceito traduz-se na discriminação, permitindo desta forma a generalização das características dos membros de grupos

particulares, devido à sua pertença a esse grupo. Assim, a discriminação com base na cor da pele torna-se algo arbitrário e confuso, estas distinções constituem-se mais étnicas que sociais; tal como as diferenças raciais também as diferenças étnicas estão na base de muitos preconceitos (Neto, 1998). A discriminação manifesta-se em muitos domínios e exprime-se cada vez mais de forma subtil, reflectindo-se desta forma as pressões da norma social anti-racista sobre as atitudes raciais dos indivíduos, impedindo assim a expressão do racismo mais flagrante (Cabecinhas, 2002; França, 2005; Lima e Vala, 2004a; Lima e Vala, 2004b; Machado, 2000, 2001; Monteiro e França, 2004; Neto: 1998, 2002; Pettigrew e Meertens, 1995; Taguieff, 1997; Vala *et. al.*, 1999; Wieviorka, 1995).

O racismo é um fenómeno antigo de carácter universal muito anterior à sua conceptualização, diversos autores afirmam que o racismo parece pré-existir ao seu conceito (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1995); sendo igualmente consensual que este envolve três dimensões distintas - ideologia, preconceito e comportamento discriminatório (Machado, 2000).

O racismo “constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de marca cultural interna que define padrões de comportamento” (Lima e Vala, 2004).

## 2. Racismo

### 2.1. Contexto histórico-político do conceito

Para se contextualizar o racismo será fundamentalmente ter presente a expansão ocidental no século XIX, na qual os europeus precisavam de uma ideologia que lhes permitisse a conquista dos territórios e a colonização dos nativos, então denominados de “selvagens”; esta ideologia serviu para as formas de dominação que se conhecem. Gobineau (1816-1882), “a quem a história fez o pai das teorias racistas” (Lévi-Strauss, s/d [1952]; p. 8), defendeu, no seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, a importância exclusiva do factor raça na determinação do comportamento humano e na organização dos sistemas sociais, fazendo a classificação desta em *branca, amarela e negra*. Assim Gobineau e seus seguidores estabeleceram hierarquias raciais com base em características biológicas ou físicas, agrupando os seres humanos em “raças superiores” e “raças inferiores”. Hoje já é aceite pela comunidade científica em geral que a ideia de raça é cientificamente incorrecta, pois a população humana é composta por uma grande diversidade, e essa diversidade é uma riqueza para toda a humanidade. Para o abandono desta ideia de raça contribuiu enormemente a antropologia, onde Lévi-Strauss (s/d [1952]; p. 10) evidenciou nos seus estudos que “duas culturas elaboradas por homens pertencentes a uma mesma raça podem diferir tanto ou mais que duas culturas provenientes de grupos racialmente afastados”.

Estas posições da comunidade científica tiveram mais tarde expressão no domínio político com a criação, por parte das Nações Unidas, em 1965, da *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial*; tendo sido mais tarde aprovada em Portugal pela Lei nº 7/82.

No entanto, o declínio das doutrinas científicas da raça não implicou o fim do racismo, como afirma Wieviorka (2002; p. 113) “o racismo pertence ao presente da Humanidade, e não apenas ao seu passado”, a recusa em conhecer e aceitar o *Outro* continua com outros contornos. Após o genocídio de milhões de judeus durante a II Guerra Mundial os grupos humanos que até aí eram caracterizados racialmente passaram a designar-se por grupos étnicos, dando ênfase às características culturais em prejuízo das hereditárias (Taguieff, 1997). Desta forma passou-se de um processo de racialização para um processo de etnização.

## 2.2. *O novo racismo – racismo subtil*

Na actualidade as formas de expressão do racismo e do preconceito sofreram mudanças tão significativas que se poderia pôr a hipótese que esses fenómenos estivessem em extinção, contudo vários estudos provam precisamente o contrário. Com a *Declaração dos Direitos Humanos*, o surgimento de legislação anti-racista e os crescentes discursos sobre os princípios de igualdade, verifica-se que a expressão do preconceito e do racismo tornou-se mais subtil e velada. Desta forma surge na comunidade científica a ideia generalizada e consensual de “novos racismos” (Lima e Vala, 2004a). Surgem conceitos como o “racismo moderno” (McConahay, 1986) na Austrália, o “racismo simbólico” (Kinder e Sears, 1981), “aversivo” (Gaertner e Dovidio, 1986) ou “ambivalente” (Katz e Hass, 1988) nos EUA, o “racismo subtil” na Europa (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, Brito e Lopes, 1999) ou o “racismo cordial” no Brasil (Lima e Vala, 2004).

As novas formas de expressão do racismo na Europa actualmente têm como grupo alvo as minorias étnicas oriundas das ex-colónias dos países europeus, este tipo

de racismo ganha especial relevância na era da globalização vivida nos nossos dias, uma vez que desta resulta intensos fluxos migratórios e os contactos interétnicos são cada vez mais frequentes.

No estudo de Pettigrew e Meertens (1995) é afirmado que o racismo flagrante, a forma tradicional de racismo, ainda existe e por isso torna-se importante a distinção conceptual entre este tipo de racismo e o racismo subtil. Assim, o racismo flagrante é definido como violento, tacanho e directo, ao passo que o racismo subtil é definido como frio, reservado e indirecto. Para estes autores o racismo subtil é composto por três dimensões. A primeira dimensão é a dimensão da defesa dos valores tradicionais, que se refere à percepção de que os membros do exogrupo apresentam uma forma de agir incorrecta e até condenável em busca da realização social. A segunda dimensão refere-se à acentuação das diferenças culturais, o exogrupo é percebido culturalmente muito diferente do endogrupo. A terceira dimensão refere-se à recusa em expressar sentimentos positivos, ou seja, à rejeição de expressões de simpatia e admiração relativamente aos membros do exogrupo.

No estudo de Pettigrew e Meertens (1995), realizado no âmbito do Eurobarómetro de 1988, a investigação incidiu sobre diferentes grupos de imigrantes de quatro países europeus: Inglaterra (asiáticos e antilhanos), Holanda (surinamianos e turcos), França (norte-africanos e asiáticos) e Alemanha (turcos). As evidências empíricas apontaram para valores mais elevados no racismo subtil comparativamente ao racismo flagrante, e permitiram a Pettigrew e Meertens (1995), a partir dos resultados obtidos, dividir os respondentes em três grupos distintos: os “flagrantes”, indivíduos que tendem a favorecer a restrição dos direitos dos imigrantes e até mesmo a preferir que estes regressem ao seu país de origem; os “subtis”, que não querem nem alargar nem diminuir os direitos, preferindo a manutenção do *status quo* das relações interétnicas e

os “igualitários”, que são favoráveis ao alargamento dos direitos dos imigrantes. Assim temos o racismo flagrante que é completamente antinormativo, o racismo subtil que se caracteriza pela aceitação da norma vigente, apresentando exteriorizações de racismo admitidas pela mesma (os indivíduos consideram-se como não-racistas, no entanto têm sentimentos e crenças negativas sobre os grupos etnicamente diferenciados, apresentando desta forma respostas socialmente desejáveis) e o igualitarismo, que abarca os que internalizam a norma com base nos valores igualitários, rejeitando as formas de racismo aceites socialmente.

O racismo flagrante e o racismo subtil foram igualmente estudados em Portugal por Vala, Brito e Lopes (1999), e foram analisados partindo do estudo realizado por Pettigrew e Meertens (1995), confrontando os resultados obtidos por estes investigadores com os resultados obtidos no estudo em Portugal. Neste estudo de Vala e colaboradores o racismo é entendido como uma manifestação do preconceito negativo em relação a uma categoria social racializada, tendo uma configuração multidimensional. No estudo demonstrou-se que o racismo flagrante exprime-se através de crenças sobre a inferioridade racial dos negros, a percepção de que estes constituem uma ameaça e a mistura de “raças” é vista como indesejável. O racismo subtil, por sua vez, exprime-se através de crenças socialmente aceitáveis, estas exprimem-se numa aceitação das diferenças culturais e simultaneamente na ideia de que os negros não partilham os valores necessários a uma boa adaptação à cultura dominante. Este estudo mostrou ainda que os principais preditores, tanto do racismo flagrante como do racismo subtil, são: a escolaridade, o etnocentrismo e o conservadorismo político (Vala, 1999). Desta forma verificamos que os resultados obtidos neste estudo mostraram que as crenças racistas organizam-se em Portugal da mesma forma que nos outros países

européus, assim os factores que estão na origem do racismo flagrante e do racismo subtil são semelhantes aos demonstrados no estudo de Pettigrew e Meertens (1995).

Um outro importante elemento de expressão do racismo é a infra-humanização das vítimas (Lima e Vala, 2004b), as quais são percebidas como tendo mais características naturais do que culturais. Os traços pessoais que conotam as características naturais são: ser intuitivo, espontâneo, simples, livre; e os traços pessoais que conotam características culturais são: ser competente, inteligente, honesto, civilizado. Assim, o que se observa é que os grupos racializados são aproximados ao pólo da natureza e distanciados do pólo da cultura em relação aos grupos não racializados. Desta forma, a infra-humanização resulta da negação a membros do exogrupo de certas características tipicamente humanas, como a cultura, os valores, a linguagem, a inteligência, a capacidade de expressar sentimentos. Exemplo desta infra-humanização atribuída a membros do exogrupo é relatada, por Lima e Vala (2004b), no estudo realizado por Leyens *et al.* (2000), o qual tentou verificar o papel da atribuição de sentimentos e emoções primárias, como a raiva, o medo, a surpresa e o prazer - emoções partilhadas por seres humanos e por animais - ou sentimentos e emoções secundárias, como o amor, a resignação, a esperança, o arrependimento - sentimentos unicamente humanos - na infra-humanização dos membros do exogrupo. Tendo Leyens *et al.* (2000) verificado que são atribuídos menos sentimentos e emoções secundárias aos membros do exogrupo do que aos membros do endogrupo.

Moscovici e Pérez (1999) verificaram no seu estudo sobre os ciganos em Espanha uma outra forma de infra-humanização, os ciganos que resistiram à integração cultural foram mais descritos segundo características naturais (positivas: ser intuitivo, livre, fisicamente hábil, espontâneo e com ritmo musical; ou negativas: selvagem, impulsivo, agressivo, visceral e ruidoso) do que segundo características culturais

(positivas: criativo, leal à sua identidade, solidário, mentalmente habilidoso e extrovertido; ou negativas: vingativo, perverso, manipulador, falso ou mentiroso e mal-intencionado) do que os ciganos que aceitaram a integração.

Lima e Vala (2004b) realizaram um estudo no Brasil cujo objectivo era analisar a relação entre a cor da pele dos grupos, o seu desempenho social, o modo como a sua cor de pele é percebida (branqueamento – elemento diferenciador do racismo existente na sociedade brasileira) e a infra-humanização dos grupos. Este estudo verificou que desenvolve-se na sociedade brasileira uma forma de representação que associa o fracasso à cor negra e o sucesso à cor branca, podendo desta forma mudar-se subjectivamente a cor de um indivíduo, assim o branqueamento dos negros bem sucedidos que se verificou neste estudo foi responsável por uma maior atribuição de traços positivos de cultura. Neste estudo os negros são percebidos positivamente apenas porque são branqueados, evidenciando um processo de infra-humanização sobre os negros (Lima e Vala, 2004b). Para estes autores os resultados obtidos neste estudo reflectem as ideologias do racismo científico do século XIX, continuando a acreditar-se que a civilidade e o desenvolvimento das pessoas só são possíveis apenas quando elas são percebidas como brancas. Estes autores concluíram assim que “o racismo expressa-se mais pela negação dos traços positivos do que pela atribuição de traços negativos aos grupos minoritários” (Lima e Vala, 2004b, p.18).

À semelhança do que acontece com os adultos também as crianças brancas infra-humanizam as crianças negras, essa foi a evidência empírica de Marinho e Monteiro (2005, cit. em Marinho, 2005), no seu estudo observaram que as crianças atribuíram ao endogrupo mais características tipicamente humanas do que ao exogrupo.

Outro importante estudo realizado em Portugal sobre o racismo procurou compreender os processos cognitivos subjacentes à discriminação social, investigando

para isso os efeitos de categorização e os efeitos de homogeneidade (Cabecinhas, 2002). Os resultados obtidos nesta investigação referem que os portugueses demonstram favoritismo endogrupal e homogeneizaram todos os grupos nacionais africanos na categoria de “negros” ou “africanos”. Este facto empírico levou a autora a concluir que a homogeneidade percebida está fortemente relacionada com o racismo subtil, podendo ser enquadrada nos fenómenos racistas. Desta forma o racismo subtil surge como melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo, assim quanto maior o nível de racismo subtil menor é a variabilidade percebida do exogrupo.

### *2.3. Da Racialização à Etnização das minorias*

A diferença cultural é assim fonte para o ressurgimento de teorias racistas, dando abertura a este novo racismo e fazendo a passagem do racismo clássico ao racismo subtil ou simbólico (Vala, Brito e Lopes, 1999; Vala, 1999; Wieviorka, 2002). Este novo racismo, por vezes também denominado de racismo cultural, caracteriza-se por formas mais subtis e menos flagrantes de discriminação; onde a questão da raça é dissolvida nas questões sociais, fazendo do grupo caracterizado pela raça uma classe social, associada à exclusão social (ou à não-pertença) e à pobreza. Desta forma, as diferenças culturais que são evidenciadas resultam de um tratamento desigual na sociedade. Desde logo, o racismo institucional promove uma representação social que transcreve as relações sociais em termos de raça e de práticas que promovem a dominação, assim as suas vítimas continuam limitadas a sectores económicos menos valorizados socialmente, sofrendo de discriminações no emprego, na habitação e na educação (Wieviorka, 2002).

A mesma opinião tem Vala (1999; p.167) considerando que hoje o racismo subtil encontra-se camuflado na expressão de “grupos étnicos”, sendo esta expressão “a

mente de um novo racismo”. A percepção das diferenças entre os grupos humanos deixou de estar focalizada nas características físicas ou raciais para passar a estar nas características comportamentais ou culturais, ou seja, passou-se de um processo de racialização para um processo de etnização, todavia permanece um sistema de naturalização da diferença percebida (Vala, Brito e Lopes, 1999).

O racismo pode ser assim analisado através do processo de construção de identidades, de auto-representação, de representações sobre o *Outro* e de representações das diferenças entre grupos sociais. A Representação social é, (Moscovici, 1961; cit. em Neto, 1998; p. 439), “um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos, aspectos ou dimensões do meio social que permite não só a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, mas que constitui igualmente um instrumento de orientação da percepção das situações e de elaboração de respostas”. Moscovici (1961, cit. em Neto, 1998) mostrou existir várias semelhanças entre as características do pensamento do adulto e do pensamento infantil, nomeadamente no que se refere à utilização de informações fragmentárias, recursos a conclusões demasiado gerais a partir de observações particulares, a argumentos de causalidade com base em associações de natureza avaliativa e a múltiplas redundâncias lexicais e sintácticas. Estudos experimentais realizados na década de 70 sobre a relação entre representações e comportamentos demonstraram que, os indivíduos seleccionam respostas que julgam ser mais adequadas de acordo com as suas representações; assim, de forma controlada ou automática, consciente ou inconsciente, um grande número dos comportamentos dos indivíduos corresponde às suas representações (Vala, 2006). Efectivamente, as classificações étnicas poderão apresentar-se como construções sociais que funcionam como forma de dominação, assumindo novas formas de racismo com base nas diferenças culturais dos grupos sociais (Vala, 1999).

### 3. Relações Intergrupais e Identidade Social

O preconceito e o racismo parecem ser o reflexo das relações sociais onde estes fenómenos ocorrem e onde são legitimados, quer através da idealização do grupo de pertença (endogrupo), quer através da construção de uma imagem negativa sobre ou outros grupos existentes (exogrupos) (Vala *et. al.*, 1999), nesta medida torna-se relevante para o nosso estudo fazer uma breve passagem pela *Teoria da Identidade Social*, indispensável para a explicação das relações intergrupais.

Os estudos de Sherif na década de 50/60 mostraram que o comportamento intergrupar dependia do contexto social – conflito, competição e cooperação intergrupar. Mais tarde, na década de 70 Tajfel, com a *Teoria da Identidade Social*, colocou em discussão o papel da identidade no centro da análise das relações intergrupais, atribuindo-lhe significado na explicação da diferenciação e discriminação sociais.

A *Teoria da Identidade Social* de Tajfel está apoiada em três processos sociais fundamentais da dinâmica intergrupar, a saber, a categorização social, a identidade social e a comparação social (Tajfel, 1963, cit. em Miranda, 2002), dos quais se fará de seguida uma breve síntese.

A categorização social constitui a divisão do meio em categorias, com base em critérios diversos, tendo estes efeitos previsíveis no julgamento dos estímulos. Desta forma ocorre uma tendência perceptiva para maximizar as diferenças existentes entre categorias diferentes e minimizar as diferenças no interior de uma mesma categoria.

A identidade social, conceito central na teoria de Tajfel, pode contribuir de forma positiva ou negativa para o auto-conceito. Se o resultado da comparação intergrupar for favorável ao endogrupo, a identidade social será positiva, se, pelo contrário, o resultado das comparações sociais for desfavorável ao endogrupo, a

identidade social será negativa. Assim os indivíduos procurarão alcançar um conceito ou imagem satisfatória de si mesmos e dos grupos a que pertencem.

A comparação social estabelece a ligação entre os dois primeiros elementos, a categorização social e a identidade social. Para que a comparação social contribua positivamente para o auto-conceito é fundamental que o outro grupo seja perspectivado como potencialmente similar ou comparável ao próprio. Na sociedade existem grupos muito diferentes em termos de estatuto entre os quais a comparação é muito difícil, desde logo a comparação do grupo a que se pertence com outros grupos sociais tem como consequência uma percepção positiva ou negativa desse mesmo grupo, tendo como resultado a perspectivação do grupo de pertença como “superior” ou como “inferior” relativamente aos demais grupos. Contudo, com o tempo e em função de diversas circunstâncias a perspectivação dos grupos é susceptível de ser alterada na dinâmica das relações intergrupais.

Tajfel e colaboradores (Tajfel, 1971, cit. em Amâncio, 2006) realizaram um estudo experimental, designado por *paradigma dos grupos mínimos*, onde se constituiu dois grupos aleatórios, sem qualquer tipo de interacção entre eles, antes e durante a experiência, eliminando assim a possibilidade de conflito; neste estudo pretendia-se estudar as condições mínimas do efeito da categorização na discriminação intergrupar. O resultado deste estudo mostrou que os sujeitos tendiam a apresentar atitudes positivas para com o seu grupo de pertença (endogrupo) e comportamento discriminatório e preconceito em direcção ao outro grupo (exogrupo). Tendo-se, deste modo, concluído que a percepção de pertencer a grupos diferentes é suficiente para motivar a discriminação intergrupar, admitindo-se, assim, a possibilidade do preconceito resultar num processo cognitivo inevitável decorrente do sistema de categorização dos grupos. Assim, o estudo demonstrou que a categorização representou a discriminação

intergruppal, ou seja, um comportamento de favoritismo pelo endogrupo em detrimento do exogrupo (Tajfel, 1978, cit. em Amâncio, 2006).

O efeito da categorização social, no comportamento de discriminação intergruppal, decorre da identidade social, segundo Tajfel (1972, cit. em Amâncio, 2006), a identidade social, parte do auto-conceito, está associada ao conhecimento da pertença, evocado pela categorização, o significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença exprimir-se-ia no favoritismo pelo endogrupo em detrimento do exogrupo.

A tentativa de explicar os resultados obtidos nas experiências com os *grupos mínimos* levou Turner (1975, cit. em Amâncio, 2006) a introduzir uma alteração naquele procedimento, esta consistiu em dar a possibilidade aos sujeitos de atribuírem pontos também a si próprios e a outros, desta forma o autor mostrou que o favoritismo pelo endogrupo e a discriminação intergrupos aparecem em situações de categorização.

Desde logo procurou-se estabelecer uma articulação entre a teoria da identidade social e as crenças sobre a estratificação social e os comportamentos sociais de discriminação intergruppal, Tajfel e Turner (1979, cit. em Marinho, 2005) defenderam que as crenças sobre a estabilidade e a legitimidade da relação de estatuto entre os grupos determinariam estratégias para obter uma identidade social positiva, em situação de identidade social insegura. Desta forma, segundo estes autores, a crença sobre a legitimidade da ordem social existente corresponde à aceitação pelos grupos envolvidos da diferenciação intergruppal, por outro lado a crença sobre a ilegitimidade corresponde à recusa dessa mesma situação. Assim, a percepção sobre a estabilidade da ordem social existente corresponde à ideia de que o sistema de diferenciação intergruppal é inflexível, enquanto a percepção de instabilidade corresponde à ideia de que é possível alterar essa ordem.

Os resultados deste estudo mostram que os membros dos grupos de estatuto elevado favorecem mais o seu grupo de pertença na condição de percepção de instabilidade do que na condição de percepção de estabilidade, ou seja, nos grupos dominantes o favoritismo endogrupal é mais evidente quando o estatuto do grupo é visto como ameaçado, por esta razão ocorre nos grupos dominantes favoritismo endogrupal na situação de percepção de instabilidade, de forma a manter uma identidade social positiva. O mesmo não acontece, de uma forma geral, nos grupos dominados ou grupos de estatuto baixo, nestes a ameaça à identidade social diminui, tendo assim um efeito contrário<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> No entanto, Joana Alexandre (2003) verificou favoritismo endogrupal em crianças pertencentes a grupos dominados (negras e ciganas).

# CAPÍTULO III

## Atitudes étnicas na infância

---

### 1. O que são as atitudes e como são formadas

O termo atitude é um dos conceitos mais antigos e estudados na Psicologia Social, não obstante a sua compreensão ainda hoje é incompleta e a sua definição não é consensual (Lima, 2006; Neto, 1998).

Numa abordagem tradicional, temos o *modelo tripartido clássico* proposto por Rosenberg e Hovland (1960, cit. em Neto, 1998), no qual a atitude é vista como uma disposição que resulta da organização de três dimensões, a saber, afectiva, cognitiva e comportamental. A dimensão afectiva, diz respeito aos sentimentos subjectivos, a dimensão cognitiva diz respeito às crenças e opiniões (nem sempre conscientes) e a dimensão comportamental diz respeito ao processo mental e físico que prepara o indivíduo a agir de determinada forma (Neto, 1998). Outros autores (Osgood, Suci e Tannenbaum, 1957, cit. em Neto, 1998) consideram que a atitude tem só uma dimensão, nesta óptica, a atitude face a um objecto é uma resposta avaliativa favorável ou desfavorável (dimensão afectiva) em relação a esse mesmo objecto. Existe ainda uma revisão do *modelo tripartido clássico* (Zanna e Rempel, 1988, cit. em Neto, 1998) que propõe a atitude como um julgamento/opinião favorável ou desfavorável, baseada em três espécies de informações (combinadas ou isoladas): informação cognitiva, informação afectiva ou informação baseada no comportamento passado.

Na década de 90, Eagly e Chaiken (1993, cit em Lima, 2006) apresentaram no seu livro *The Psychology of Attitudes* a sistematização da literatura sobre atitudes

produzida até essa altura e propuseram uma definição ajustada às diversas perspectivas já existentes, desde então a literatura sobre Psicologia Social passou a usar a sua definição, a qual adoptaremos neste estudo. Assim, de acordo com Eagly e Chaiken (1993, cit em Lima, 2006; p. 188) a atitude é um constructo hipotético referente à “tendência psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade específica”. Desta forma as atitudes expressam-se através de um “julgamento avaliativo” e este é o ponto consensual entre as várias definições do conceito (Lima, 2006; Neto, 1998). O facto de ser um constructo hipotético mostra que as atitudes não são directamente observáveis, elas são uma variável latente que pode explicar a relação entre a situação em que as pessoas se encontram e o seu comportamento (Lima, 2006).

A atitude apresenta três características fundamentais:  *direcção* (favorável ou desfavorável),  *intensidade* (grau de atracção ou repulsa em relação ao objecto),  *acessibilidade* (força da atitude: quanto mais é acessível, mais a latência da resposta é breve e mais a atitude é preditora do comportamento) (Lima, 2006; Neto, 1998).

As atitudes são formadas através da aprendizagem <sup>3</sup> e são influenciadas pelos agentes socializadores, pessoas ou grupos significativas (os) na vida de uma pessoa (Neto, 1998). Além disso, as atitudes estão associadas aos comportamentos, encontra-se forte apoio empírico da validade preditiva da atitude em relação ao comportamento, no entanto é necessário ter presente que nem sempre as atitudes são expressas directamente em acções. (Neto, 1998).

Em suma, as atitudes “ajudam-nos a definir grupos sociais, a estabelecer as nossas identidades e a guiar o nosso pensamento e comportamento” (Neto, 1998; p. 408) e para a grande maioria dos autores elas são aprendidas e por isso são alteráveis

---

<sup>3</sup> Para uma revisão da literatura sobre formação de atitudes ver Lima (2006) e Neto (1998)

(Lima, 2006; Neto, 1998), este facto abre uma janela para perspectivar um futuro melhor no que se refere às atitudes negativas que muitas vezes são atribuídas a determinados grupos minoritários, contribuindo de forma avassaladora para a sua estigmatização e exclusão social.

## **2. Atitudes étnicas nas crianças**

Os vastos estudos existentes sobre as atitudes étnicas, preconceito étnico e identidade étnica têm mostrado que as crianças começam cedo a saber distinguir pessoas com base nos seus grupos de pertença (Aboud, 1988; Clark e Clark, 1939; França, 2005; França e Monteiro, 2002; Monteiro, 2002; Marinho, 2005).

Na investigação pioneira de Clark e Clark (1939), foi solicitado às crianças que manifestassem a sua preferência por brincar com bonecas brancas ou bonecas negras, as crianças brancas (do endogrupo) evidenciaram uma forte preferência pelas bonecas brancas. No entanto, Bennett *et. al.* (2004) considera este estudo insuficiente para demonstrar a existência de preconceito étnico, justamente por considerar que o facto de as crianças manifestarem a sua preferência pelo endogrupo não significa necessariamente a desvalorização do exogrupo. Para este autor o favoritismo endogrupal e o “derogation” (desvalorização) exogrupal são fenómenos distintos. Também França (2005) considera que, este estudo e outros que utilizam este tipo de medidas (bonecos, desenhos e fotografias) para a avaliação das preferências da criança, têm algumas fragilidades, a autora refere que a maior delas todas está em garantir que os resultados obtidos são preconceitos dirigidos ao exogrupo ou simplesmente um viés endogrupal.

Na década de 70 Katz e colaboradores (1957, cit. em Monteiro 2002) sugeriram um percurso de fases para a construção das atitudes étnicas nas crianças (norte-americanas brancas), neste é interessante referir que, entre os 2-4 anos a criança desenvolve a capacidade para diferenciar as categorias *branco-negro* e progressivamente vai utilizando estes conceitos, associados a avaliações socialmente reforçadas; por volta dos 5 anos as crianças já utilizam as categorizações *nós-elas* para fazerem avaliações diferenciadas, com a inclusão delas próprias na categoria de *nós* e a sua exclusão na categoria *elas*.

O efeito do desenvolvimento cognitivo na expressão do preconceito na infância foi proposto por Aboud (1988), tendo assim esta autora desenvolvido a teoria sócio-cognitiva do desenvolvimento. A teoria desta autora refere que a criança entre os 6 e os 8 anos apresenta índices elevados de favoritismo endogrupal, e que a partir dessa idade (aos 8 anos) este favoritismo reduzir-se-ia. Inspirada na teoria de desenvolvimento cognitivo de Piaget, refere que a criança evolui de uma fase de egocentrismo, que a impossibilita de apreciar as diferenças individuais e grupais para uma fase de sociocentrismo, onde os julgamentos sociais se baseiam nas operações de categorização e na percepção das semelhanças e diferenças entre os grupos sociais. Posteriormente evolui para uma fase de descentração, onde já pode atender em simultâneo a diferentes perspectivas, tornando-se desta forma mais consciente das qualidades dos indivíduos e não sendo mais propícia aos enviesamentos cognitivos dos estereótipos (Aboud, 1988, cit. em França e Monteiro, 2004). Berk (1994, cit. em França e Monteiro, 2004) também considera que a partir dos 7 ou 8 anos a criança tem capacidade cognitiva de ser tolerante e reconhecer que todos aqueles que estão em situação de desvantagem devem ser tratados de forma especial.

Apesar de haver alguns estudos que evidenciem que as crianças por volta dos 6-7 anos apresentam níveis elevados de preconceito e de favoritismo endogrupal e que estes se reduzem quando a criança atinge os 8 anos de idade, esta teoria tem sido refutada por vários autores (Bennett *et. al.*, 2004; França, 2005; França e Monteiro, 2004; Marinho, 2005; Williams e Neto, 1997).

França e Monteiro (2004) fazem uma crítica aos estudos baseados nas teorias de desenvolvimento cognitivo pelo facto de estas teorias ignorarem os componentes afectivos e emocionais do preconceito. O estudo realizado por França e Monteiro (2004) evidenciou que os níveis de preconceito permanecem depois dos 7 anos de idade. Estas autoras apresentam um modelo sócio-normativo do preconceito. No seu estudo, com crianças de dois grupos etários, 5 a 7 anos e 8 a 10 anos, demonstraram que as crianças brancas a partir dos 8 anos manifestam racismo de forma subtil, tal como se verifica nos adultos, elas discriminam as crianças negras quando acreditam que o seu comportamento pode ser justificado ou sempre que a norma anti-racista não está saliente. Para estas autoras não existe uma redução do preconceito em crianças mais velhas uma vez que “essas crianças não deixariam de exprimir o preconceito mas, graças à interiorização das normas sociais dos adultos em relação à não discriminação aberta dos negros ou de outras minorias estigmatizadas, tornar-se-iam subtis ou veladas na expressão de seu racismo” (França e Monteiro, 2004; p. 708). Estas evidências empíricas levaram as autoras a concluir que a discriminação intergruppal subtil que observaram deve-se à interiorização da norma social vigente na sociedade actual; evidência que já tinha sido demonstrada nos vários estudos realizados com os adultos, descritos no capítulo anterior.

Da mesma forma os estudos realizados por Williams e Neto (1997) com crianças entre os 5 e os 8 anos demonstraram que as crianças tendem, independentemente do

género, a avaliar de forma mais positiva a cor branca do que a cor preta, tendo manifestado uma forte tendência para avaliar as pessoas brancas com características mais positivas que as pessoas negras. Os resultados deste estudo evidenciaram ainda que aos 8 anos a pessoa de cor branca é avaliada mais positivamente do que aos 5 anos, sugerindo assim que o preconceito é mais elevado aos 8 anos. Estes autores referem que tal facto se deve “a intervenção de influências culturais poderosas” nas crianças, que aprendem as avaliações positivas da cor branca e das pessoas brancas. Num estudo idêntico (Campos e Neto, 2001) as tendências favoráveis à pele clara foram também verificadas, existindo uma interacção da idade com o estatuto sócio-cultural. Neste estudo as crianças negras e mestiças manifestaram também uma forte tendência para avaliar as pessoas brancas e a cor branca de forma mais positiva do que as pessoas negras e a cor negra. Estes resultados evidenciam assim que a preferência exogrupal é igual ou maior quando se acredita que é possível sair do grupo ou quando se acredita que o estatuto é legítimo (França, 2005). Há no entanto autores (e.g. Alexandre, 2003) que verificaram que crianças pertencentes a grupos minoritários manifestam preferência pelo seu próprio grupo, sendo estes resultados enquadrados na *Teoria da Identidade Social* de Tajfel, anteriormente descrita.

No estudo dos fenómenos das atitudes étnicas é fundamental ter presente que o contexto (as diferenças sociais e culturais entre os grupos) onde elas ocorrem é importante para a sua compreensão, Verkuyten (2001) adverte precisamente para esse facto. No estudo realizado por Verkuyten (2001, cit. em Bennett *et. al.*, 2004) com crianças de 10 anos foi analisado as suas atitudes em relação ao endogrupo (holandeses) e aos exogrupos (americanos, alemães e turcos), tendo sido verificado o viés endogrupal, sugerindo-se deste modo que diferentes processos intervêm nas atitudes dirigidas ao endogrupo e aos exogrupos.

Assim é particularmente importante o contexto onde estas atitudes ocorrem para a compreensão destes fenômenos, o estudo realizado por Oliveira e Neto (2007) sobre as atitudes de tolerância dos alunos brancos em relação aos alunos negros (com 211 adolescentes brancos com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos) mostra-nos isso mesmo. Nesse estudo concluiu-se precisamente que a expressão das atitudes tolerantes varia segundo a escolaridade da mãe, mas não varia segundo o sexo, a idade ou a religião e a escolaridade do pai. Assim, as variações sócio-demográficas não surgem como preditoras da tolerância contrariamente às variáveis psicossociais, como a distância social (menor distância social maior tolerância) e satisfação com a vida (maior satisfação com a vida maior tolerância) que se mostraram correlacionados com a manifestação de atitudes de tolerância (Oliveira e Neto, 2007).

Por último, importa referir que Bennett e colaboradores (2004) criticam igualmente a teoria sócio-cognitiva do desenvolvimento de Aboud; sugerindo que os estudos sobre as atitudes étnicas têm confundido o favoritismo endogrupal com a desvalorização exogrupal. No estudo de Bennett *et. al.* (1998, 2004) foi encontrado uma maior evidência do favoritismo endogrupal do que da desvalorização exogrupal, pois, apesar das crianças terem sido mais favoráveis na avaliação global do seu próprio grupo do que nas avaliações dos exogrupos, apesar disso, as suas avaliações relativamente aos exogrupos não foram negativas. Esta evidência empírica levou Bennett e colaboradores a sugerirem que o favoritismo pelo endogrupo pode não implicar necessariamente a desvalorização (“derogation”) do exogrupo. Neste estudo as crianças atribuíram mais traços positivos ao endogrupo do que ao exogrupo, tendo assim manifestado favoritismo endogrupal, no entanto não houve diferenciação, entre os vários grupos, no que diz respeito à atribuição de traços negativos a estes. Estas evidências empíricas estão de acordo com Brewer (1979, cit. em Bennett *et. al.* 2004) que anteriormente já tinha

afirmado que a identificação com o endogrupo é independente das atitudes negativas em relação ao exogrupo. Mummendey reforça esta ideia quando sugere que é normativo discriminar um grupo com recursos positivos e anti-normativo discriminá-lo com recursos negativos (1992, cit. em Marinho, 2005). Mummendey e colaboradores demonstraram que os indivíduos favorecem o endogrupo em detrimento do exogrupo, tanto na atribuição de recursos positivos, como na atribuição de características positivas mas não diferenciam os grupos na atribuição de recursos negativos e atribuem mais características negativas ao endogrupo do que ao exogrupo. Este processo ficou designado por efeito de *assimetria positivo-negativo*, justamente porque os indivíduos diferenciam favoravelmente o endogrupo do exogrupo apenas nos aspectos positivos.

**Parte II**  
**INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

---

# CAPÍTULO I

## Problemática

---

As sociedades actuais e em particular a portuguesa é caracterizada por uma grande diversidade cultural, resultante da cada vez maior mobilidade das populações mundiais, acrescida dos fenómenos da globalização. Portugal é actualmente um país (não só de emigração mas também) de imigração, esse facto coloca vários desafios aos nacionais, desde logo a capacidade de saberem viver harmoniosamente juntos com indivíduos culturalmente diversos, numa sociedade justa e igualitária. A instituição escolar é o reflexo da sociedade, e como tal nela existe também uma cada vez maior diversidade cultural de alunos. São acolhidos todos os anos diversos alunos imigrantes e descendentes de imigrantes. Assim, o desafio mais premente para a escola, que se pretende que seja inclusiva, e para os professores, é saber lidar, conviver e aceitar a diferença social e cultural do *Outro*, do diferente. Para adquirir esta competência que se exige hoje à escola e aos seus agentes é crucial compreender as relações intergrupais (interétnicas) que nela se estabelecem. Por conseguinte o estudo das relações entre pessoas culturalmente diferentes, assim como os processos subjacentes as essas relações, como as atitudes e os preconceitos dirigidos ao *Outro*, são fundamentais serem apreendidos para que se possa realmente criar uma escola inclusiva, que garanta o sucesso educativo de todos os alunos, e uma sociedade justa e igualitária, liberta de qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Para a consecução deste objectivo é primordial avançar no conhecimento científico destes fenómenos sociais.

Assim, no presente estudo vamos analisar o desenvolvimento do favoritismo endogrupal e do “derogation” exogrupal em relação a grupos nacionais (portugueses

como endogrupo e cabo-verdianos, brasileiros e chineses como exogrupos) em crianças portuguesas com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Neste trabalho prosseguimos dois objectivos. O primeiro objectivo consistiu em examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal variam em função de grupos etários. Partimos da ideia de que os grupos etários evidenciarão preferência endogrupal. Já em relação à negatividade exogrupal é de esperar que seja menos evidente.

O segundo objectivo deste estudo foi examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal seriam relativamente independentes, ou se estariam reciprocamente relacionados, de modo que percepções positivas do endogrupo nacional estivessem associadas com percepções negativas dos exogrupos nacionais (em particular, cabo-verdianos, brasileiros e chineses). Segundo estudos recentes (e.g., Barrett, 2007; Bennett *et al.*, 2004) seria de esperar que as duas dimensões fossem independentes. É de realçar que segundo o método de Bennett *et al.* (2004) o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal eram avaliados de modo independente, pois pedia-se às crianças para efectuarem avaliações independentes do endogrupo nacional e dos outros grupos nacionais. Mais especificamente, as crianças podiam atribuir um número igual de adjectivos positivos e negativos ao endogrupo nacional e aos exogrupos.

Pretende-se pois com este estudo verificar se as atitudes das crianças em relação ao endogrupo e aos exogrupos dependem a) da idade, b) se as atitudes das crianças em relação ao endogrupo (portugueses) e ao exogrupo (cabo-verdianos, brasileiros e chineses) são relativamente independentes ou se estão reciprocamente relacionadas, de modo que percepções positivas do endogrupo estejam associadas com percepções negativas dos exogrupos.

Em suma, partimos das seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – Em ambos os grupos etários as crianças evidenciarão preferência endogrupal.

Hipótese 2 – A negatividade do exogrupo será menos evidente.

Hipótese 3 – A preferência do endogrupo e a negatividade do exogrupo serão relativamente independentes.

# CAPÍTULO II

## Metodologia

---

### 1. Amostra

A amostra foi constituída por 120 crianças (idade média 99,39 meses; DP= 18,44), todas fenotipicamente brancas e de nacionalidade portuguesa, 60 do sexo masculino e 60 do sexo feminino. Todos os participantes frequentavam o 1ºciclo do ensino básico, 60 participantes do 1º ano de escolaridade (idade média de 81,52 meses; DP= 3,49) e 60 participantes do 4º ano de escolaridade (idade média de 117,27 meses; DP=4,89). Em cada faixa etária/ano de escolaridade havia o mesmo número de rapazes e raparigas. Todos os participantes residiam na área metropolitana de Lisboa (nos concelhos de Lisboa, Cascais e Seixal) e frequentavam escolas do ensino público, escolas multiculturais com maioria de crianças brancas.

Relativamente à escolaridade dos pais dos 120 participantes, cerca de 41% tem o ensino básico, 48% tem o ensino secundário e 11% tem o ensino superior, isto relativamente aos pais, no que diz respeito às mães, o cenário é idêntico, pois 34% tem o ensino básico, 45% tem o ensino secundário e 21%, cerca do dobro da percentagem dos pais, tem o ensino superior. Em suma, aproximadamente, metade dos pais tem o ensino secundário e a outra metade tem o ensino básico.

Relativamente à profissão dos pais, cerca de 22% são empregados fabris ou trabalhadores da construção civil, 32% são empregados de comércio e serviços, 20% são vendedores e comerciantes, 23% são técnicos e cerca de 3% estão desempregados. No caso das mães o cenário é idêntico, cerca de 15% são empregadas fabris ou

empregadas domésticas, 36% são empregadas de comércio e serviços, 18% são vendedoras e comerciantes, 26% técnicas e cerca de 5% estão desempregadas. Em suma as ocupações profissionais estão de acordo com o nível de escolaridade apresentado acima.

## **2. Instrumentos e procedimentos**

Os dados foram recolhidos durante os meses de Abril e Maio de 2009. As crianças foram entrevistadas nas suas próprias escolas por uma entrevistadora nacional, pertencente ao endogrupo. Os participantes com 6/7 anos (pertencentes ao 1º ano de escolaridade) foram entrevistados individualmente numa sala reservada da sua escola e os participantes com 9/10 anos (pertencentes ao 4º ano de escolaridade) foram entrevistados colectivamente na sua turma, dentro da sua sala de aula.

No presente estudo foram usadas três medidas: (1) número de traços positivos aplicados ao seu grupo (portugueses) e a outros grupos nacionais (cabo-verdianos, brasileiros e chineses); (2) número de traços negativos aplicados ao seu grupo e a outros grupos nacionais e (3) a avaliação global do seu grupo e dos outros grupos nacionais. Estas medidas basearam-se nas seguintes tarefas, que passamos a explicar de seguida.

Para o estudo foram considerados quatro grupos-alvo, o grupo nacional a que as crianças pertencem (endogrupo: portugueses) e os outros grupos nacionais (exogrupos: cabo-verdianos, brasileiros e chineses) considerados salientes para as crianças, sendo grupos expressivos na população imigrante em Portugal, principalmente os cabo-verdianos e os brasileiros. As nacionalidades foram consideradas de forma aleatória.

Ao grupo de crianças de 6/7 anos foi mostrado um conjunto de 12 cartões com os seguintes adjectivos escritos: *simpático*, *antipático*, *inteligente*, *estúpido*, *limpo*, *sujo*,

*trabalhador, preguiçoso, feliz, triste, honesto, desonesto* (ver em anexo 1 os cartões utilizados). Os cartões foram dispostos de forma completamente aleatória sobre uma mesa e lidos às crianças, tendo por base as seguintes instruções: *Aqui estão alguns cartões com palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Assim, podemos dizer que algumas pessoas são (palavra escrita no primeiro cartão), e algumas pessoas são (palavra escrita no segundo cartão) e algumas pessoas são (palavra escrita no terceiro cartão) Certo? Agora o que eu quero que tu faças é que leias as palavras escritas nos cartões uma por uma e que escolhas as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas .... . Podes fazer isso?*

As crianças podiam escolher os cartões que quisessem, se existisse alguma dificuldade na leitura das palavras escritas nos cartões a entrevistadora lia as palavras às crianças, quando terminavam a tarefa a entrevistadora fazia-lhes uma pergunta: *Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas .... . Tu gostas ou não gostas de pessoas ....?*

Após as crianças indicarem o seu gosto era-lhes perguntado: *Até que ponto gostas / ou não gostas?* As palavras escolhidas e as respostas dadas pelas crianças eram registadas na folha do questionário (ver o questionário em anexo 2).

Na primeira parte da tarefa eram obtidas duas pontuações, foi atribuído um ponto por cada termo positivo ou negativo escolhido, estes são somados separadamente de forma a fornecer pontuações que indiquem a global positividade ou negatividade de cada grupo nacional em estudo.

Na segunda parte da tarefa obtém-se um único resultado/pontuação, de 1 a 5, sendo que indicam: 1 - *Não gosto nada*, 2 - *Não gosto*, 3 - *Gosto mais ou menos*, 4 - *Gosto* e 5 - *Gosto muito*.

No grupo de crianças com 9/10 anos o procedimento foi muito semelhante, contudo em vez de cartões era-lhes fornecido o próprio questionário (ver em anexo 3) que continha as palavras escritas, além disso o questionário foi aplicado pela entrevistadora ao colectivo de crianças de uma turma, dentro das suas salas de aula e na ausência do seu professor.

# CAPÍTULO III

## Resultados

---

Para analisar os dados foram realizados três conjuntos principais de análises em cada grupo etário: 1) análise de variância “*one-way*” para medidas repetidas, tendo como único factor o alvo nacionalidade, com os números de adjectivos positivos e negativos atribuídos aos quatro grupos nacionais (foram também realizados contrastes simples para comparar os dados do endogrupo com os dos exogrupos); 2) análise de variância “*one-way*” para medidas repetidas, tendo como único factor o alvo nacionalidade, com as avaliações afectivas dos quatro grupos nacionais (com contrastes simples, como foi referido mais acima); 3) análises das correlações entre as medidas do endogrupo e dos exogrupos para examinar as relações recíprocas.

Pode-se observar no Quadro 1 o número de crianças que escolheram cada um dos seis adjectivos positivos para cada um dos grupos nacionais. Podemos constatar que mais de 80%, 97 participantes, considerou que os portugueses são *trabalhadores* e cerca de 72% considerou-os *honestos*, já no que se refere à avaliação do exogrupo, os cabo-verdianos foi o grupo nacional em que menos participantes (menos de metade, apenas 42%) atribuíram estes adjectivos positivos. Relativamente aos restantes exogrupos 71% (menos 10% do que ao endogrupo) considerou que os nacionais do Brasil são *trabalhadores* e 74% que são *honestos*; 59% considerou que os nacionais da China são *trabalhadores* e 61% considerou-os *honestos*, sendo assim este o grupo nacional que, a seguir aos cabo-verdianos, aparece com uma menor atribuição destes traços positivos.

Cerca de 70% dos participantes considerou o endogrupo (os portugueses) *inteligentes* e *limpos*, no que se refere à avaliação dos exogrupos apenas um quarto dos participantes, cerca de 32%, considerou os cabo-verdianos *inteligentes*, já os chineses e os brasileiros foram assim considerados por cerca de metade dos participantes. Os nacionais de Cabo-verde e os nacionais da China foram considerados *limpos*, de forma quase semelhante, pelo endogrupo, cerca de 47% e 48% respectivamente; menos 10% dos participantes que atribuíram esse traço positivo aos nacionais do Brasil. Mais de metade dos participantes no estudo considera os elementos do endogrupo (os portugueses) *simpáticos*, cerca de 38% considera assim os chineses, 41% os cabo-verdianos e 46% os brasileiros, sendo desta forma os chineses o grupo nacional que menos participantes atribuíram esta característica positiva. Por fim, o endogrupo considera que cerca de 71% dos portugueses são felizes, seguidos de 65% para os cabo-verdianos, 59% para os chineses e 56% para os brasileiros; assim, curiosamente o exogrupo dos brasileiros é aquele a que menos participantes atribuíram este adjectivo positivo e é precisamente este adjectivo que mais participantes no estudo atribuem ao exogrupo dos cabo-verdianos.

Quadro 1: Adjectivos positivos atribuídos pelos 120 participantes por grupo nacional

	<i>Simpáticos</i>	<i>Limpos</i>	<i>Inteligentes</i>	<i>Trabalhadores</i>	<i>Felizes</i>	<i>Honestos</i>
Portugueses	73	84	84	97	85	86
Cabo-verdianos	49	56	39	51	78	51
Brasileiros	55	69	65	85	67	89
Chineses	45	57	66	71	71	73

Pode-se observar no Quadro 2 o número de crianças que escolheram cada um dos seis adjectivos negativos para cada um dos grupos nacionais. Podemos constatar que os adjectivos negativos atribuídos ao endogrupo foram em número reduzido comparativamente aos que foram atribuídos aos exogrupos, observando-se mais uma vez que o grupo nacional dos cabo-verdianos é aquele a quem o endogrupo atribui mais traços negativos, seguidos do grupo nacional dos chineses. Assim 9% dos participantes no estudo considerou que o endogrupo (os portugueses) são *preguiçosos* e cerca de 43% atribuiu esse mesmo adjectivo aos cabo-verdianos. Percentagem idêntica (cerca de 42%) considera que o exogrupo dos cabo-verdianos é *desonesto* contra apenas 15% dos participantes que atribuem esse adjectivo negativo ao endogrupo. Tendo sido estes dois adjectivos negativos os mais escolhidos para atribuir aos exogrupos. Além disso é ainda de salientar o facto de tanto no adjectivo *antipáticos*, como no adjectivo *sujos* houve uma maior percentagem de participantes a atribuir esses dois adjectivos ao exogrupo dos cabo-verdianos.

Quadro 2: Adjectivos negativos atribuídos pelos 120 participantes por grupo nacional

	<i>Antipáticos</i>	<i>Sujos</i>	<i>Estúpidos</i>	<i>Preguiçosos</i>	<i>Tristes</i>	<i>Desonestos</i>
Portugueses	13	17	8	11	18	18
Cabo-verdianos	30	26	21	52	24	50
Brasileiros	26	19	17	21	27	15
Chineses	28	24	20	31	31	25

Pode-se observar no Quadro 3 as respostas das crianças à tarefa de avaliação afectiva global. Onde se pode constatar mais uma vez o favoritismo endogrupal com

119 crianças das 120 participantes no estudo a fazer uma avaliação afectiva global muito positiva do seu grupo de pertença, Relativamente à avaliação dos exogrupos, o grupo dos nacionais brasileiros foi aquele onde os participantes mostraram mais positividade, cerca de 88% (106 participantes) disseram gostar deste grupo, cerca de 72% (87 participantes) disseram gostar dos cabo-verdianos e cerca de 68% (82 participantes) disseram gostar dos chineses. Contudo, dos participantes que disseram não gostar do grupo nacional dos cabo-verdianos, 33 participantes no seu total, destes 21 disseram não gostar mesmo nada deste grupo nacional, tendo sido o maior número registado neste item de avaliação. Analisando o item de avaliação oposto verificamos que os participantes que indicaram gostar muito dos exogrupos nacionais em estudo, apenas 24 participantes indicaram essa avaliação relativamente ao grupo de nacionais cabo-verdianos, contra 49 participantes que o fizeram em relação ao grupo dos brasileiros e 31 participantes em relação ao grupo dos chineses.

Quadro 3: Avaliação dos 120 participantes por grupo nacional

<i>Grupo Nacional</i>	<i>Gosta</i>	<i>Não Gosta</i>	<i>Até que ponto gosta/ não gosta</i>				
			<i>Não gosta nada</i>	<i>Não gosta</i>	<i>Gosta mais ou menos</i>	<i>Gosta</i>	<i>Gosta muito</i>
Portugueses	119	1	0	1	10	33	76
Cabo-verdianos	87	33	21	12	31	32	24
Brasileiros	106	14	8	6	30	27	49
Chineses	82	38	15	23	23	28	31

### *A atribuição de traços positivos e negativos ao grupo nacional e aos exogrupos*

Os números totais de adjectivos positivos e negativos atribuídos ao endogrupo português e aos exogrupos cabo-verdiano, brasileiro e chinês foram analisadas recorrendo à “one-way” ANOVA para medidas repetidas, tendo como único factor o alvo nacionalidade.

No grupo de participantes com 6/7 anos o número de adjectivos positivos atribuídos aos grupos nacionais foi diferente nos quatro grupos ( $F(3,57) = 11.84$ ,  $p < .001$ ). Contrastes simples revelaram que o endogrupo obteve um maior número de termos positivos que o grupo cabo-verdiano ( $p < .001$ ), o grupo brasileiro ( $p < .001$ ) e o grupo chinês ( $p < .001$ ).

No grupo de participantes com 9/10 anos o número de adjectivos positivos atribuídos aos grupos nacionais foi também diferente nos quatro grupos ( $F(3,57) = 13.87$ ,  $p < .001$ ). Contrastes simples revelaram que o endogrupo obteve um maior número de termos positivos que o grupo cabo-verdiano ( $p < .001$ ), o grupo brasileiro ( $p < .01$ ) e o grupo chinês ( $p < .001$ ).

Foram atribuídos assim ao endogrupo mais traços positivos do que aos outros exogrupos, sendo o grupo nacional dos cabo-verdianos aquele que obteve menor número de traços positivos, em ambas as faixas etárias participantes no estudo, como se pode verificar no quadro que seguidamente se apresenta (Quadro 4).

Quadro 4: Médias e desvios-padrão do número de traços positivos atribuídos a cada grupo nacional segundo a idade

<i>Grupo nacional</i>	<b>6/7 anos</b>		<b>9/10 anos</b>	
	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>
Portugueses	4,27	1,53	4,22	1,81
Cabo-verdianos	2,72	2,06	2,68	1,86
Brasileiros	3,50	1,91	3,67	2,05
Chineses	3,37	1,76	3,02	1,95

No grupo de participantes com 6/7 anos o número de adjetivos negativos atribuídos aos grupos nacionais são estatisticamente diferentes nos quatro grupos ( $F(3,57) = 6.83, p < .001$ ). Contrastes simples revelaram que o endogrupo obteve um menor número de termos negativos que o grupo cabo-verdiano ( $p < .001$ ) e o grupo chinês ( $p < .01$ ).

No grupo de participantes com 9/10 anos o número de adjetivos negativos atribuídos aos grupos nacionais também é estatisticamente diferente nos quatro grupos ( $F(3,57) = 5.70, p > .01$ ). Contrastes simples revelaram que o endogrupo obteve um menor número de termos negativos do que o grupo cabo-verdiano ( $p < .001$ ) e o grupo chinês ( $p < .05$ ).

Foram atribuídos ao endogrupo menos traços negativos do que aos exogrupos, excepto ao grupo brasileiro, sendo o grupo nacional dos cabo-verdianos aquele que obteve maior número de traços negativos, em ambas as faixas etárias participantes no estudo, como se pode verificar no quadro que seguidamente se apresenta (Quadro 5).

Quadro 5: Médias e desvios-padrão do número de traços negativos atribuídos a cada grupo nacional segundo a idade

<i>Grupo nacional</i>	<b>6/7 anos</b>		<b>9/10 anos</b>	
	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>
Portugueses	0,77	1,01	0,65	1,01
Cabo-verdianos	1,88	1,75	1,50	1,65
Brasileiros	1,10	1,47	0,98	1,41
Chineses	1,40	1,70	1,25	1,69

#### *Avaliações afectivas globais*

As pontuações da avaliação afectiva global atribuídas ao endogrupo português e aos exogrupos cabo-verdiano, brasileiro e chinês foram analisadas recorrendo à *one-way* ANOVA para medidas repetidas, tendo como único factor o alvo nacionalidade.

Relativamente às pontuações globais de avaliação afectiva, no grupo de participantes com 6/7 anos verificou-se um efeito significativo da nacionalidade sobre as avaliações globais dos grupos nacionais, ( $F(3,57) = 25.07, p < .001$ ). Contrastes simples revelaram que o endogrupo obteve uma pontuação de avaliação global mais elevada que o grupo cabo-verdiano ( $p < .001$ ), o grupo brasileiro ( $p < .001$ ) e o grupo chinês ( $p < .001$ ).

No grupo de participantes com 9/10 anos, verificou-se igualmente um efeito significativo da nacionalidade sobre as avaliações globais dos grupos nacionais, ( $F(3,57) = 18.97, p < .001$ ). Contrastes simples também evidenciaram que o endogrupo obteve uma pontuação de avaliação global mais elevada que o grupo cabo-verdiano ( $p < .001$ ), o grupo brasileiro ( $p < .001$ ) e o grupo chinês ( $p < .001$ ).

Comparando a avaliação global do endogrupo com a avaliação global dos exogrupos constatou-se que o endogrupo, os portugueses, foram avaliados mais positivamente que os exogrupos, os brasileiros, os cabo-verdianos e os chineses, sendo que estas duas últimas nacionalidades foram aquelas que apresentaram menores pontuações globais, ou seja, os cabo-verdianos e os chineses foram os grupos nacionais que foram avaliados menos positivamente. Os resultados relativos à avaliação afectiva global são apresentados no quadro seguinte (Quadro 6).

Quadro 6: Médias e desvios-padrão das pontuações de avaliação afectiva global atribuída aos grupos nacionais segundo a idade

<i>Grupo nacional</i>	<b>6/7 anos</b>		<b>9/10 anos</b>	
	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>
Portugueses	4,75	0,54	4,32	0,75
Cabo-verdianos	3,07	1,46	3,37	1,23
Brasileiros	4,07	1,27	3,65	1,10
Chineses	3,53	1,50	3,08	1,20

#### *Correlações entre medidas do endogrupo e dos exogrupos*

Para verificar até que ponto havia uma relação recíproca entre as atitudes positivas em relação ao endogrupo e as atitudes negativas em relação aos exogrupos foram realizadas análises de correlação entre as medidas do endogrupo e dos exogrupos.

No grupo dos participantes com 6/7 anos pode verificar-se que atitudes positivas em relação ao endogrupo estavam relacionadas com atitudes positivas em relação aos exogrupos (Quadro 7). Assim, verificou-se haver uma correlação positiva entre o

número de traços positivos atribuídos ao endogrupo e aos cabo-verdianos ( $r = .39$ ), aos brasileiros ( $r = .52$ ) e aos chineses ( $r = .39$ ). Havia também uma correlação significativa entre o número de traços negativos atribuídos ao endogrupo e os atribuídos aos brasileiros ( $r = .39$ ) (Quadro 8). Não emergiu nenhuma correlação significativa entre o número de traços positivos e negativos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos (Quadro 9).

No que se refere aos participantes com 9/10 anos pode verificar-se também que atitudes positivas em relação ao endogrupo estavam relacionadas com atitudes positivas em relação aos exogrupos (Quadro 7). Assim, verificou-se haver uma correlação positiva entre o número de traços positivos atribuídos ao endogrupo e aos cabo-verdianos ( $r = .47$ ), aos brasileiros ( $r = .66$ ) e aos chineses ( $r = .29$ ). Havia também uma correlação significativa entre o número de traços negativos atribuídos ao endogrupo e os atribuídos aos cabo-verdianos ( $r = .34$ ) e aos brasileiros ( $r = .46$ ) (Quadro 8). Não emergiu nenhuma correlação significativa entre o número de traços positivos e negativos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos (Quadro 9).

Quadro 7: Correlações entre traços positivos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos segundo a idade

	6/7 anos			9/10 anos		
	Cabo-Verdianos	Brasileiros	Chineses	Cabo-verdianos	Brasileiros	Chineses
Portugueses	.39**	.52***	.39**	.47***	.66***	.29*
Cabo-verdianos	---	.43**	.50***	---	.41**	.28*
Brasileiros	---	---	.58***	---	---	.31*

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$ .

Quadro 8: Correlações entre traços negativos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos segundo a idade

	6/7 anos			9/10 anos		
	Cabo-Verdianos	Brasileiros	Chineses	Cabo-verdianos	Brasileiros	Chineses
Portugueses	.15	.539**	.17	.34**	.46***	.02
Cabo-verdianos	---	.24	.48**	---	.32*	.40**
Brasileiros	---	---	.47**	---	---	.19

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$ .

Quadro 9: Correlações entre traços positivos atribuídos ao endogrupo e os traços negativos atribuídos aos exogrupos segundo a idade

	6/7 anos	9/10 anos
	Portugueses	Portugueses
Cabo-verdianos	.14	.05
Brasileiros	-.08	-.05
Chineses	.08	.25

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$ .

# CAPÍTULO IV

## Discussão dos resultados

---

No estudo que apresentámos pretendeu-se analisar se as atitudes das crianças em relação ao endogrupo (portugueses) e aos exogrupos (cabo-verdianos, brasileiros e chineses) dependiam da idade e se essas atitudes eram relativamente independentes ou se estavam reciprocamente relacionadas, de modo que percepções positivas do endogrupo estivessem associadas com percepções negativas dos exogrupos.

Os resultados obtidos no nosso estudo parecem indicar que as crianças manifestam favoritismo endogrupal tanto aos 6/7 anos como aos 9/10 anos, por isso a nossa primeira hipótese, *em ambos os grupos etários as crianças evidenciarão preferência endogrupal*, foi confirmada e corrobora investigações empíricas já realizadas (Bennett *et. al.* 1998, 2004; França, 2005; França e Monteiro, 2004; Marinho 2005, Oliveira e Neto, 2007; Williams e Neto, 1997). Assim, o favoritismo pelo endogrupo e as atitudes étnicas parecem não diminuir a partir dos 8 anos de idade, contrariamente ao que foi sugerido por Aboud (1988).

O favoritismo endogrupal manifestado pelos participantes no estudo, em ambos os grupos etários, pode ser observado através da análise da avaliação afectiva global (quadro 6), onde se verifica que as médias obtidas para o endogrupo foram mais elevadas do que aquelas que foram obtidas para os exogrupos (cabo-verdianos, brasileiros e chineses), assim podemos constatar que o endogrupo foi avaliado mais positivamente que os exogrupos. Estabelecendo uma comparação na avaliação afectiva global relativa aos exogrupos do estudo verificamos que o exogrupo brasileiros foi

avaliado mais positivamente e por isso este grupo em particular foi avaliado mais próximo do endogrupo, ou seja, o exogrupo brasileiros obteve médias de avaliação afectiva global mais elevadas relativamente aos restantes exogrupos. Os exogrupos cabo-verdianos e chineses constituem aqueles que foram avaliados menos positivamente pelo endogrupo. Contudo os resultados obtidos indicaram-nos que, de uma forma geral, houve uma avaliação positiva dos exogrupos, pois apenas um quarto dos participantes disse não gostar dos exogrupos cabo-verdianos e chineses e metade desse número disse não gostar do exogrupo brasileiros, verifica-se assim, à semelhança de Bennett *et. al.*, (2004), que os níveis de positividade endogrupal resultam no preconceito contra uns grupos e não contra outros.

O favoritismo endogrupal manifestado pelos participantes em ambos os grupos etários pode ser também observado através da análise das médias de traços positivos atribuídos aos grupos nacionais (quadro 4), onde se verifica que o número de adjectivos positivos atribuídos aos grupos nacionais foi diferente nos quatro grupos. A média de adjectivos positivos atribuídos ao endogrupo foi superior relativamente aos exogrupos, ou seja, foram atribuídos mais traços positivos ao endogrupo (portugueses) do que aos exogrupos (cabo-verdianos, brasileiros e chineses). Novamente se verifica que o exogrupo que foi avaliado mais positivamente foi os brasileiros e o exogrupo que foi avaliado menos positivamente foi o cabo-verdianos. Assim o exogrupo cabo-verdianos foi aquele a que os participantes atribuíram menos traços positivos.

Estes resultados sugerem que, por um lado, o facto de os exogrupos terem sido avaliados, de uma forma geral, positivamente, poderá estar relacionado com as formas mais veladas e subtis que o preconceito assume na actualidade (Cabecinhas, 2002; França, 2005; Lima e Vala, 2004a; Lima e Vala, 2004b; Machado, 2000, 2001; Monteiro e França, 2004; Neto: 1998, 2002; Pettigrew e Meertens, 1995; Taguieff,

1997; Vala *et. al.*, 1999; Wiewiorka, 1995), nos dias de hoje é considerado anti-normativo a expressão do preconceito. Por outro lado considera-se que é precisamente na não atribuição de traços positivos mais do que na atribuição de traços negativos que se reveste actualmente as formas mais subtis do preconceito e do racismo dirigidos aos grupos étnicos (Bennett *et. al.*, 2004; França, 2005; Lima e Vala, 2004b; Pettigrew e Meertens, 1995; Marinho, 2005; Vala *et. al.*, 1999), tal facto é evidenciado no nosso estudo, pois os participantes atribuíram menos traços positivos aos exogrupos (especialmente ao exogrupo cabo-verdianos) do que ao endogrupo.

Relativamente à atribuição de adjectivos negativos verificámos, em ambos os grupos etários, que estes são estatisticamente significativos nos quatro grupos nacionais (quadro 5), assim foram atribuídos menos adjectivos negativos ao endogrupo (portugueses) do que aos exogrupos (cabo-verdianos, brasileiros e chineses), ainda assim o exogrupo brasileiros foi aquele em que os traços negativos atribuídos foi inferior relativamente aos exogrupos cabo-verdianos e chineses. Destes dois o grupo nacional dos cabo-verdianos foi o que obteve maior número de traços negativos, em ambos os grupos etários. A média de adjectivos negativos atribuídos ao endogrupo (portugueses) e ao exogrupo brasileiro é aproximadamente 1, enquanto que ao exogrupo chinês é quase 1,5 e ao exogrupo cabo-verdiano é 1,5 para os participantes do grupo etário 9/10 anos e quase 2 para os participantes do grupo etário 6/7 anos. Assim verificamos que o exogrupo que foi avaliado de forma mais negativa foi o grupo cabo-verdiano. Além disso, estes resultados evidenciam mais uma vez que o grupo brasileiro foi aquele cuja avaliação ficou mais próxima do endogrupo. Assim, a nossa segunda hipótese, *a negatividade do exogrupo será menos evidente*, foi parcialmente confirmada, uma vez que a atribuição de traços negativos foi menos evidente apenas no

grupo brasileiro, tendo sido expressa uma negatividade estatisticamente relevante no grupo cabo-verdiano e no grupo chinês.

Os resultados do nosso estudo vão, de alguma forma, ao encontro da teoria de Mummendey, que refere que é normativo discriminar um grupo com recursos positivos e anti-normativo discriminá-lo com recursos negativos (1992, cit. em Marinho, 2005).

Além disso, estes resultados estão de acordo com a *Teoria da Identidade Social* de Tajfel (1971, cit. em Amâncio, 2006) que refere que os indivíduos tendem a apresentar atitudes positivas para com o seu grupo de pertença e que estes procurarão uma distintividade positiva para o seu grupo. Assim, observou-se que as crianças participantes no presente estudo apresentaram uma tendência perceptiva para maximizar as diferenças entre categorias diferentes e minimizar as diferenças no interior de uma mesma categoria (Tajfel, 1971; cit. em Amâncio, 2006), o efeito desta categorização decorre da identidade social (parte do auto-conceito) inerente aos indivíduos e está associada ao conhecimento da pertença, evocado pela categorização; o significado emocional e avaliativo que daí advém resultará no favoritismo pelo endogrupo em detrimento dos exogrupos (Tajfel, 1972, cit. em Amâncio, 2006).

Além disso, o favoritismo endogrupal encontrado nos nossos resultados parecem indicar que precocemente as crianças estão sujeitas a informações e experiências que lhes possibilita uma concepção bastante favorável do seu grupo de pertença (Bennett *et al.*, 2004), possibilidade também sugerida por Williams e Neto (1997), estes autores referem que a “intervenção de influências culturais poderosas” levam as crianças a aprender as avaliações positivas do seu grupo de pertença.

Para verificar até que ponto as atitudes positivas dirigidas ao endogrupo se relacionam ou não com as atitudes negativas dirigidas aos exogrupos, foram realizadas análises de correlação entre as medidas do endogrupo e dos exogrupos.

Deste modo verificámos que, em ambos os grupos etários, ocorreu uma correlação positiva entre o número de traços positivos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos cabo-verdianos, brasileiros e chineses. Assim constatámos que percepções positivas do endogrupo encontram-se relacionadas com percepções positivas em relação ao exogrupo.

No entanto, há a salientar que nos participantes com 6/7 anos observou-se uma correlação significativa entre o número de traços negativos atribuídos ao endogrupo e os atribuídos aos brasileiros (Quadro 8), ou seja, as crianças mais novas atribuíram menos traços negativos ao endogrupo e ao exogrupo brasileiros, tendo assim este grupo sido percebido como mais semelhante com o endogrupo. Assim os exogrupos cabo-verdianos e chineses foram avaliados menos positivamente para este grupo etário. Nos participantes com 9/10 anos observou-se também uma correlação significativa entre o número de traços negativos atribuídos ao endogrupo e os atribuídos aos cabo-verdianos e aos brasileiros (Quadro 8), assim este grupo etário avaliou menos favoravelmente o exogrupo chineses, sendo este considerado pelas crianças mais velhas que participaram no estudo como o grupo mais dissemelhante do endogrupo.

Como era esperado não surgiu nenhuma correlação significativa entre o número de traços positivos e o número de traços negativos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos (Quadro 9), por isso a nossa terceira hipótese, *a preferência do endogrupo e a negatividade do exogrupo serão relativamente independentes*, foi confirmada. Assim, os nossos resultados parecem indicar que, tal como verificou Bennett *et. al.* (2004) e Barrett (2007), o favoritismo pelo endogrupo não está directamente relacionado com o “derogation” do exogrupo. Pois, à semelhança destes autores, na nossa investigação verificámos uma maior evidência do favoritismo endogrupal do que da desvalorização exogrupal, uma vez que os participantes não avaliaram negativamente os exogrupos,

apesar de terem sido mais favoráveis na avaliação global do seu grupo de pertença do que nas avaliações dos exogrupos. (Barrett, 2007; Bennett *et. al.*, 2004). O favoritismo pelo endogrupo leva os indivíduos a atribuírem mais traços positivos ao seu grupo de pertença do que aos exogrupos, no entanto eles não atribuíram mais traços negativos ao exogrupo do que ao endogrupo. Poder-se-á sugerir como Brewer (1999; cit. em Bennett *et. al.*, 2004) que existe uma tendência universal para o favoritismo endogrupal, que tem que ver com a identidade social e a busca de um auto-conceito positivo de si e do seu grupo de pertença.

Não obstante, consideramos necessário salientar que o facto de os participantes terem avaliado os exogrupos de forma positiva e de não lhe terem atribuído muitos traços negativos não significa que não ocorra preconceito relativamente aos exogrupos. Pois, como foi mencionado anteriormente, é fundamental ter presente que o preconceito encontra-se actualmente mais na negação de traços positivos ao exogrupo do que na atribuição de traços negativos a este. Actualmente verifica-se uma *assimetria positivo-negativo* na discriminação intergrupar (Mummendey *et. al.*, 1992), já que a pressão da norma social anti-racista torna o preconceito étnico mais subtil e indirecto.

# CONCLUSÃO

---

As sociedades contemporâneas particularmente compostas por uma grande diversidade cultural proveniente dos fluxos migratórios actuais, têm suscitado o interesse, cada vez mais crescente, da psicologia social pelo estudo dos fenómenos das relações intergrupais. Foi esse interesse que motivou a nossa investigação.

Nesta investigação procurámos compreender as atitudes de crianças portuguesas (endogrupo), em relação aos cabo-verdianos, brasileiros e chineses (exogrupos). Para isso fomos examinar se o favoritismo endogrupal e o “derogation” (desvalorização) exogrupal variavam em função da idade, partindo da ideia que em ambos os grupos etários (6/7 anos e 9/10 anos) evidenciariam preferência pelo endogrupo, e que as atitudes negativas dirigidas aos exogrupos seriam menos evidentes. Examinámos ainda, através de análises de correlacionais, se o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal seriam independentes ou se estariam reciprocamente relacionados.

O nosso estudo foi constituído por uma amostra de 120 crianças, das quais metade tinha 6/7 anos e a outra metade 9/10 anos, todas fenotipicamente brancas e de nacionalidade portuguesa, a frequentar escolas do ensino público, escolas multiculturais com maioria de crianças brancas, residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Foi-lhes pedido, através de um questionário, que atribuíssem ao endogrupo e aos exogrupos as características que consideravam aplicar-se, na sua opinião, a cada grupo, de um conjunto de 12 adjectivos (*simpático, antipático, inteligente, estúpido, limpo, sujo, trabalhador, preguiçoso, feliz, triste, honesto, desonesto*), posteriormente era-lhes pedido para manifestarem o seu gosto e quantificá-lo numa escala (1 - *Não gosto nada*, 2 - *Não gosto*, 3 - *Gosto mais ou menos*, 4 - *Gosto* e 5 - *Gosto muito*).

O método usado no nosso estudo para encontrar os resultados assemelha-se ao utilizado por Bennett *et al.* (2004), segundo o qual o favoritismo endogrupal e o “derogation” exogrupal são avaliados de modo independente, justamente porque se pede às crianças para efectuarem avaliações independentes do endogrupo nacional e dos outros grupos nacionais, ou seja, as crianças podiam atribuir um número igual de adjectivos positivos e negativos ao seu grupo de pertença e aos exogrupos.

Para examinarmos o favoritismo endogrupal foram usadas três medidas: (1) número de traços positivos aplicados ao endogrupo (portugueses) e aos exogrupos (cabo-verdianos, brasileiros e chineses); (2) número de traços negativos aplicados ao endogrupo e aos exogrupos; (3) a avaliação global do endogrupo e dos exogrupos.

Relativamente à atribuição de traços positivos verificámos, em ambos os grupos etários considerados, que o número de adjectivos positivos atribuídos ao endogrupo foi superior relativamente aos adjectivos positivos atribuídos aos exogrupos. Já no que se refere à atribuição de adjectivos negativos verificámos, em ambos os grupos etários, que foram atribuídos menos adjectivos negativos ao endogrupo do que aos exogrupos. Estes resultados estão de acordo com a *Teoria da Identidade Social* de Tajfel (1971, cit. em Amâncio, 2006) que refere que os indivíduos tendem a apresentar atitudes positivas para com o seu grupo de pertença e que estes procurarão uma distintividade positiva para o seu grupo.

No entanto os nossos resultados mostram que a diferenciação dos quatro grupos nacionais em estudo foi mais evidente na atribuição de adjectivos positivos. Esta evidência empírica permite-nos concluir, à semelhança de outros autores (e.g. (Barrett, 2007; Bennett *et al.*, 2004; França, 2005; Lima e Vala, 2004b; Pettigrew e Meertens, 1995; Marinho, 2005; Vala *et al.*, 1999) que as atitudes negativas e o preconceito expressam-se mais pela negação de traços positivos do que pela atribuição de traços

negativos aos grupos étnicos. Tal ocorre porque actualmente é normativo discriminar um grupo com recursos positivos e anti-normativo discriminá-lo com recursos negativos (Mummendey, 1992, cit. em Marinho, 2005), revestindo-se assim o preconceito e o racismo de formas mais indirectas e subtis (Cabecinhas, 2002; França, 2005; Lima e Vala, 2004a; Lima e Vala, 2004b; Machado, 2000, 2001; Monteiro e França, 2004; Neto: 1998, 2002; Pettigrew e Meertens, 1995; Taguieff, 1997; Vala *et. al.*, 1999; Wiewiorka, 1995) e verificando-se uma assimetria positivo-negativo na discriminação intergrupar (Mummendey *et. al.*, 1992).

Relativamente à avaliação afectiva global verificámos que o endogrupo foi avaliado mais positivamente que os exogrupos, não obstante, globalmente os exogrupos não foram avaliados de forma negativa. Verificámos ainda que o grupo dos nacionais do Brasil foram avaliados mais positivamente e que o grupo dos nacionais de Cabo-Verde foram avaliados de forma menos positiva; pelo que concluímos que os níveis de positividade endogrupal resultam no preconceito contra uns grupos e não contra outros (Bennett *et. al.*, 2004), precisamente porque os participantes beneficiaram um grupo em detrimento de outro.

Os resultados encontrados mostram ainda que as crianças manifestaram favoritismo endogrupal em ambos os grupos etários considerados, assim o favoritismo endogrupal não tende a diminuir a partir dos 8 anos de idade, contrariando assim a tese de Aboud (1988); encontrando-se estes resultados de acordo com investigações já realizadas neste âmbito (e.g. Barrett, 2007; Bennett *et. al.* 1998, 2004; França, 2005; França e Monteiro, 2004; Marinho 2005, Oliveira e Neto, 2007; Williams e Neto, 1997).

Por fim, as análises correlacionais efectuadas, para verificar até que ponto as atitudes positivas dirigidas ao endogrupo se relacionam com as atitudes negativas

dirigidas aos exogrupos, permitiram-nos concluir que, em ambos os grupos etários, não ocorreu nenhuma correlação significativa entre o número de traços positivos e o número de traços negativos atribuídos ao endogrupo e aos exogrupos. Assim, os nossos resultados parecem indicar que o favoritismo pelo endogrupo não está directamente relacionado com o “derogation” (desvalorização) do exogrupo, uma vez que verificámos (como Barrett, 2007 e Bennett, *et. al.*, 2004) uma maior evidência do favoritismo endogrupal do que do “derogation” exogrupal, justamente porque os participantes, apesar de terem manifestado preferência pelo seu grupo de pertença, não avaliaram negativamente os outros grupos nacionais.

Em suma, os resultados obtidos no nosso estudo evidenciam que o favoritismo endogrupal não diminui a partir dos 8 anos de idade e que o favoritismo endogrupal não está relacionado com o “derogation” exogrupal, por outras palavras, verificámos que percepções positivas do endogrupo não estão relacionadas com as percepções negativas dos exogrupos.

Não obstante a estes resultados, consideramos necessário salientar que o preconceito e o racismo actualmente expressam-se de formas mais subtis e indirectas devido à pressão da norma social anti-racista manifestando-se “não tanto através da expressão de uma imagem negativa do exogrupo, mas antes através da expressão de uma imagem mais positiva o endogrupo do que do exogrupo” (Vala *et. al.*, 1999; cit. em Miranda, 2002; p. 165). Assim actualmente verifica-se que as formas de expressão do preconceito e do racismo não são flagrantes (directas), constituindo-se antes de maneira mais indirecta e subtil (Cabecinhas, 2002; França, 2005; Lima e Vala, 2004a; Lima e Vala, 2004b; Machado, 2000, 2001; Monteiro e França, 2004; Neto: 1998, 2002; Pettigrew e Meertens, 1995; Taguieff, 1997; Vala *et. al.*, 1999; Wieviorka, 1995) e por isso mais difícil de medir. Assim podemos concluir que, “the essence of *subtle racism* is

not the presence of strong negative attitudes towards minority groups, but the absence of positive sentiments toward these groups” (Brewer, 1999; cit. em Bennett *et. al.*, 2004).

Deste modo existem ainda de forma muito latente na nossa sociedade atitudes negativas dirigidas aos grupos étnicos, não sendo tão evidente as formas mais flagrantes de preconceito étnico, como ficou evidenciado no nosso estudo. Além disso, o nosso estudo evidencia ainda que a percepção das diferenças entre os grupos deixou de estar centrada nas características raciais para dar lugar às características culturais (Vala, 1999).

Como o nosso estudo não conseguiu responder a todas as questões levantadas, seria útil que o estudo das relações intergrupais e do favoritismo endogrupal continuasse a desmistificar algumas ideias que se têm generalizado sobre estes fenómenos. Assim seria relevante desenvolver uma investigação semelhante à nossa, mas examinando o favoritismo endogrupal com crianças pertencentes a grupos minoritários, uma vez que continua a ser uma constante as investigações empíricas sobre as atitudes étnicas de crianças pertencentes a grupos majoritários (Alexandre, 2003; Cabecinhas, 2002; Marinho, 2005).

Esperamos que o trabalho por nós desenvolvido nesta dissertação tenha contribuído para enriquecer e aprofundar as problemáticas e os modelos que estiveram em análise, e que se tenha compreendido melhor as dinâmicas das relações intergrupais e as atitudes étnicas na infância, de forma a contribuir para o desenvolvimento de medidas concretas de intervenção social e educacional.

Acreditamos profundamente que os adultos, principalmente os professores, agentes de mudança privilegiados da sociedade, devem transmitir às crianças uma cultura de tolerância e aceitação do *Outro* e da diferença, capaz de construir uma

sociedade mais igualitária e livre de preconceitos, contribuindo para uma educação para todos e para o sucesso educativo de todos os alunos. Mas para o cumprimento deste objectivo seria crucial que o nosso sistema de ensino apostasse, de uma vez por todas, na formação contínua de professores nesta temática, ainda tão inexistente nas nossas instituições escolares (Carvalho, 2002). Estudos realizados sobre a escolarização de crianças pertencentes a grupos étnicos têm mostrado que os professores não se encontram preparados para trabalhar com alunos culturalmente diferentes e que um dos factores do sucesso educativo das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico relaciona-se, de alguma forma, com o grupo étnico da criança, uma vez que o sucesso educativo destes alunos é inferior à média nacional (Carvalho, 2002). Estas crianças têm à partida uma enorme desvantagem relativamente às crianças do grupo maioritário, justamente no domínio da língua portuguesa, visto que esta assume-se como uma língua não materna para as crianças pertencentes aos grupos étnicos, o que lhes causa algumas dificuldades de aprendizagem, já que a língua, área transversal a todo o currículo, constitui o veículo para todas as outras aprendizagens.

Por todas estas razões pensamos que é urgente dar primazia à formação e sensibilizar os professores para esta realidade, esperamos com o nosso trabalho ter contribuído um pouco para esse fim.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- About, F. (1998). *Children and prejudice*. Oxford: Blackwell.
- Alexandre, J. (2003). *Ciganos, Senhores e Galhardós: Um estudo sobre percepções e avaliações intra e intergrupais na infância*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Amâncio, L. (2006). Identidade social e relações intergrupais. In Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (org.). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª edição, capítulo XII, p. 387-409.
- Baganha, M. (2001). A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In: Boaventura Sousa Santos (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, capítulo 3, p. 135-159.
- Barret, M. (2007). *Children's knowledge, beliefs, and feelings about nations and national groups*. Hove: Psychology Press.
- Bee, H. (1984). *A criança em desenvolvimento*. Brasil: Harbra, 3ª edição.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação. Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Bennett, M. et. al. (1998). Children's subjective identification with the group and ingroup favouritism. *Developmental Psychology*, 34, p.902-909.
- Bennett, M. et. al. (2004). Young Children's Evaluations of the Ingroup and Outgroups: A Multi-National Study. *Social Development*, 13, p.124-141. Disponível em: <http://epubs.surrey.ac.uk/psypapers/5>
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras
- Campos, G. (2001) *Preconceito e Discriminação. Preferências da criança em relação à cor e à etnia*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade Aberta.

- Campos, G. e Neto, F. (2001) Atitudes em relação à cor e à etnia. *Psicologia, Educação e Cultura*, V, 2, p. 271-288.
- Carvalho, L. *et. al.* (2002). Crenças dos educadores sobre a infância, aprendizagem e escolarização das crianças em contextos escolares multiétnicos. *Psicologia*, Vol. XVI (2), p. 325-350.
- Chaliand, G. e Rageau, J. (1995). *The penguin atlas of diasporas*. New York: Penguin books, 1995.
- Cohen, R. (1997). *Global dispora: an introduction*. London: UCL Press.
- Cuche, D. (2003). *A Noção de Cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século, 2ª Edição.
- Ferreira, M. (2003). *Educação Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.
- França, D. (2005). *Socialização do preconceito em crianças negras, mulatas e brancas do Brasil*. Tese de doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- França, D. e Monteiro, M. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco e dez anos. *Psicologia*, vol. XVI (2), p. 293-323.
- França, D. e Monteiro, M. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4 (XXII), p. 705-720.
- GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação). Disponível em: <http://www.gepe.min-edu.pt>.
- Góis, P. *et. al.* (2009). Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. In: *Migrações entre Portugal e América Latina. Revista do observatório da imigração, n°5*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Gusmão, N. (1997). Anthropology and education: The origin of a dialogue. In: *Cad. CEDES*. [online], vol. 18, no. 43, p.8-25. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132621997000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000200002&lng=en&nrm=iso)
- Horta, A. (2004). Immigration Policies and Citizenship Rights in Post-Colonial Portugal. *AEMI Journal*, p. 57-78.
- Horta, A. e Malheiros, J. (2004). Os cabo-verdianos em Portugal: Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva. *Estratégia-Revista do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais*, n° 20, p. 83-103.

- IEE, Instituto Nacional de Estatística (2005) População Estrangeira em Portugal 2005.
- Ladmiral, J. e Lipiansky, E. (1989). *La Communication inter-culturelle*. Paris: Armand colin.
- Lapeyronnie, D. (1995). Pode existir uma política anti-racista? In Michel Wieviorka, *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 25-43.
- Lévi-Strauss, C. (s/d [1952]). *Raça e História*. Lisboa: Editorial presença, 3ª edição.
- Leyens, J. *et. al.* (2000). The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 2 (2), p. 186-197.
- Lima, L. (2006). Atitudes: Estrutura e mudança. In Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (org.). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª edição, capítulo VIII, p. 187-225.
- Lima, M. e Vala, J. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social*, vol. XXVII, 181-207.
- Lima, M. e Vala, J. (2004a). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9 (3), p. 401-411.
- Lima, M. e Vala, J. (2004b). Sucesso social, Branqueamento e Racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 20 (1), p. 11-19.
- Lima, M. (2006). Normas sociais e preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9 (2), p. 309-319.
- Machado, F. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia-Problemas e práticas*, n.º 24, p. 9-44.
- Machado, F. (2000). Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual? *Sociologia - Problemas e práticas*, nº33, p. 9-44.
- Machado, F. (2001). Contextos e percepções de racismo no quotidiano. *Sociologia-Problemas e práticas*, nº36, p. 53-80.
- Machado, F. *et. al.* (2005). Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos. *Análise Social*, vol. XL (176), p. 695-714.
- Malheiros, J.(org.) (2007). *A Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

- Marinho, C. (2005). *Racismo flagrante e subtil: assimetria positivo-negativo e infra-humanização, e igualdade: o efeito de variáveis sócio-cognitivas na expressão do racismo em crianças lusas com 9-10 anos*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Memmi, A. (1993). *O Racismo*. Lisboa: Caminho.
- Miranda, J. (2002). *A Identidade nacional: Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica entre os portugueses e os outros*. Oeiras: Celta.
- Miranda, J. (1998). Comportamento intergrupar- revisão da literatura. *Análise Psicológica*, 4, XVI, p. 599-614.
- Moscovici, S. e Pérez, J. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias. O caso dos ciganos em Espanha. In Jorge Vala (org.), *Novos racismos. Perspectivas comparativas*. Lisboa: Celta, p. 103 – 119.
- Monteiro, M. (1991). Identidade Social. Um conceito chave ou uma panaceia universal? *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº9, p. 107-120.
- Monteiro, M. (2002). A construção da exclusão social nas relações interétnicas. *Psicologia*, vol. XVI (2), p. 271-292.
- Monteiro, M. (2006). Conflito e Negociação entre grupos. In Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (org.). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª edição, capítulo XIII, p. 411-456.
- Mummendey, A. e Wenzel, M. (1999). Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 158-174.
- Nesdale, D. (2001). The development of prejudice in children. In M. Agoustinos & K. J. Reynolds, *Understanding prejudice, racism, and social conflict*, 57-72. London: Sage.
- Nesdale, D. (2004). Social identity processes and children's ethnic prejudice. In M. Bennett & F. Sani (Eds.), *The development of the social self*, pp. 219-245. Sussex: Psychology Press.
- Neves, M. (2007) Conferência Mobilidades – territórios, gentes, políticas. *A Comunidade de negócios chinesa em Portugal*, Universidade Aberta, 10 Março 2007
- Neves, M. e Rocha-Trindade (2008). As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global. In *Empreendedorismo imigrante. Revista do observatório da imigração*, nº3. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

- Neto, F. (1998). *Psicologia Social*, Volume I, Lisboa: Universidade Aberta
- Neto, F. (2002). *Psicologia Intercultural*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (2003). *Estudos de Psicologia Intercultural. Nós e Outros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição.
- Neto, F. (2004). Psicologia Social das migrações. In: Félix Neto (coord.) (2004) *Psicologia Social Aplicada*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Oliveira, E. (2007) *Atitudes dos alunos brancos em relação a alunos negros*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade Aberta.
- Oliveira, E. e Neto, F. (2007). Tolerância étnica na adolescência. *Psicologia, Educação e Cultura*, Vol XI (2), p.307-328.
- Paiva, L. e Neto, F. (1998). Color and racial attitudes in white, black and biracial children. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 26 (3), p. 233-243.
- Pires, R. (2002). Mudanças da imigração: uma análise das estratégias sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia- Problemas e Práticas*, nº39, p.151-166.
- Pettigrew, T. e Meertens, R. (1995). O racismo velado: dimensões e medida. In: Michel Wieviorka, *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 111-128.
- Pettigrew, T. e Meertens, R. (1999). Será o racismo subtil mesmo racismo? In Jorge Vala (org.), *Novos racismos. Perspectivas comparativas*. Lisboa: Celta, p. 11-29.
- Quivy, R. e Campenoudt, L. (1995) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 5ª edição.
- Rocha-Trindade, M. (1988). Espaços de herança cultural portuguesa – gentes, factos, políticas. *Análise Social*, 24 (100), p. 313-351.
- Rocha-Trindade, M. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta
- Rocha-Trindade, M. (2003). A Realidade da Imigração em Portugal – Análise social, demográfica e Geográfica. In: *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidades – Cidadania - Integração*. Lisboa, p. 172-198.
- Rocha-Trindade, M. (2007). Conferência Mobilidades – territórios, gentes, políticas. *A Comunidade de negócios chinesa em Portugal*, Universidade Aberta, 10 Março 2007.
- Rocha-Trindade, M. (s/d). Escola e sociedade multicultural. Lisboa: Entreculturas.

- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades Reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Lisboa: Celta, 1ª Edição.
- SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008). *A organização das políticas de asilo e imigração em Portugal. Rede Europeia as migrações 2008*. Lisboa: SEF.
- SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009). *Relatório de Actividades 2008. Imigração, Fronteiras e Asilo*. Lisboa: SEF.
- Silva, A. e Pinto, J. (org.). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 4ª edição.
- Silva, J. (1994). *A identidade roubada. Ensaio de Antropologia social*. Lisboa: Gradiva.
- Silva, M. (2000). Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº56, p. 61-79.
- Taguieff, P. (1997). *O racismo*. Lisboa: Instituto Piaget, colecção Biblioteca Básica de Ciência e Cultura.
- Taguieff, P. (1995). O anti-racismo em crise: Elementos de uma crítica reformista. In Michel Wieviorka, *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 308-344.
- Tajfel, H. (1974). Social Identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 13, 65-93.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Vol. 1 e 2. Lisboa: Horizonte.
- Tajfel, H. e Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin e S. Worchel (eds.), *The social psychology of intergroup relations* Monterey, Calif.: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. et. al. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social psychology*, 1, p. 149-178.
- Touraine, A. (1995). O racismo hoje. In Michel Wieviorka, *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 25-43.
- Vala, J. (org.) (1999). *Novos racismos. Perspectivas comparativas*. Lisboa: Celta.
- Vala, J. (org.) (2003). *Simetrias e identidades. Jovens negros em Portugal*. Lisboa: Celta.
- Vala, J.; Brito, R. e Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J. e Lima, M. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social*, vol. XXXVII (162), p. 181-207.

- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In: Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (org.). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª edição, capítulo XIV, p. 457-502.
- Vergani, T. (1995). *Excrementos do Sol. A propósito de diversidades culturais*. Lisboa: Pandora.
- Verkuyten, M. (2001). National identification and intergroup evaluations in Dutch children. *British Journal of Developmental Psychology*, 19, p. 559-571.
- Wieviorka, M. (1995). *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Wieviorka, M. (2002). *O racismo. Uma introdução*. Lisboa: Fenda
- Wieviorka, M. (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda.
- Williams, J. e Neto, F. (1997). Color bias in children revisited: Findings from Portugal. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 25 (2), p. 115-121.

# ANEXOS

---

## **ANEXO 1**

---

**antipáticas**

**simpáticas**

**estúpidas**

**inteligentes**

**sujas**

**limpas**

**preguiçosas**

**trabalhadoras**

**tristes**

**felizes**

**desonestas**

**honestas**

## **ANEXO 2**

---

Idade: anos \_\_\_\_ e meses \_\_\_\_ Sexo: Masculino \_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_

Ano de escolaridade \_\_\_\_ Escola \_\_\_\_\_

Lugar de nascimento: Portugal \_\_\_\_\_ Outro país: Qual \_\_\_\_\_

Lugar de nascimento : Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

Quais as habilitações: Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

Qual a profissão: Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

1 - Aqui estão alguns cartões com palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Assim, podemos dizer que algumas pessoas são (palavra escrita no primeiro cartão), e algumas pessoas são (palavra escrita no segundo cartão) e algumas pessoas são (palavra escrita no terceiro cartão) Certo? Agora o que eu quero que tu faças é que leias as palavras escritas nos cartões, uma por uma, e que escolhas as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas portuguesas. Podes fazer isso?

As crianças podem escolher os cartões que quiserem, quando terminarem assinala-se as palavras escolhidas em baixo.

antipáticas	limpas	estúpidas
sujas	inteligentes	preguiçosas
felizes	trabalhadoras	desonestas
simpáticas	honestas	tristes

1. 1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas portuguesas. Tu gostas ou não gostas de pessoas portuguesas? R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas) ? Assinalar a resposta.



2 - Aqui estão alguns cartões com palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Assim, podemos dizer que algumas pessoas são (palavra escrita no primeiro cartão), e algumas pessoas são (palavra escrita no segundo cartão) e algumas pessoas são (palavra escrita no terceiro cartão) Certo? Agora o que eu quero que tu faças é que leias as palavras escritas nos cartões, uma por uma, e que escolhas as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas cabo-verdianas. Podes fazer isso?

As crianças podem escolher os cartões que quiserem, quando terminarem assinala-se as palavras em baixo.

antipáticas	limpas	estúpidas
sujas	inteligentes	preguiçosas
felizes	trabalhadoras	desonestas
simpáticas	honestas	tristes

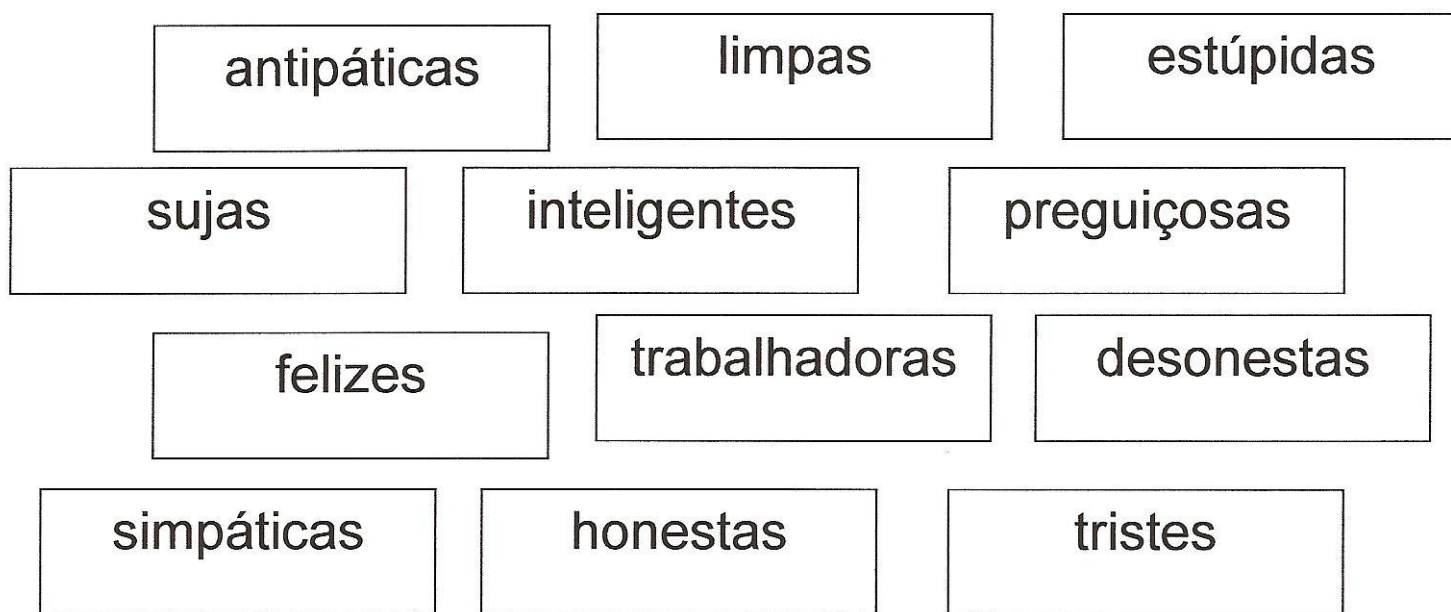
2. 1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas cabo-verdianas. Tu gostas ou não gostas de pessoas cabo-verdianas? R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinalar a resposta.



3 - Aqui estão alguns cartões com palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Assim, podemos dizer que algumas pessoas são (palavra escrita no primeiro cartão), e algumas pessoas são (palavra escrita no segundo cartão) e algumas pessoas são (palavra escrita no terceiro cartão) Certo? Agora o que eu quero que tu faças é que leias as palavras escritas nos cartões, uma por uma, e que escolhas as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas brasileiras. Podes fazer isso?

As crianças podem escolher os cartões que quiserem, quando terminarem assinala-se as palavras em baixo.



3. 1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas brasileiras. Tu gostas ou não gostas de pessoas brasileiras? R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinalar a resposta.



4 - Aqui estão alguns cartões com palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Assim, podemos dizer que algumas pessoas são (palavra escrita no primeiro cartão), e algumas pessoas são (palavra escrita no segundo cartão) e algumas pessoas são (palavra escrita no terceiro cartão) Certo? Agora o que eu quero que tu faças é que leias as palavras escritas nos cartões, uma por uma, e que escolhas as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas chinesas. Podes fazer isso?

As crianças podem escolher os cartões que quiserem, quando terminarem assinala-se as palavras em baixo.



4. 1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas chinesas. Tu gostas ou não gostas de pessoas chinesas? R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinalar a resposta.



## **ANEXO 3**

---

Idade: anos \_\_\_\_ e meses \_\_\_\_ Sexo: Masculino \_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_

Ano de escolaridade \_\_\_\_ Escola \_\_\_\_

Lugar de nascimento: Portugal \_\_\_\_ Outro país: Qual \_\_\_\_

Lugar de nascimento : Pai \_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_

Quais as habilitações: Pai \_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_

Qual a profissão: Pai \_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_

1 – Nos rectângulos seguintes estão escritas palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Lê as palavras escritas nos rectângulos, uma por uma, e escolhe as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas portuguesas. Circunda as palavras que escolheres.

antipáticas

limpas

estúpidas

sujas

inteligentes

preguiçosas

felizes

trabalhadoras

desonestas

simpáticas

honestas

tristes

1.1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas portuguesas. Tu gostas ou não gostas de pessoas portuguesas?

R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinala a tua resposta.



2 – Nos rectângulos seguintes estão escritas palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Lê as palavras escritas nos rectângulos, uma por uma, e escolhe as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas cabo-verdianas. Circunda as palavras que escolheres.

antipáticas

limpas

estúpidas

sujas

inteligentes

preguiçosas

felizes

trabalhadoras

desonestas

simpáticas

honestas

tristes

2.1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas cabo-verdianas. Tu gostas ou não gostas de pessoas cabo-verdianas?

R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinala a tua resposta.



3 – Nos rectângulos seguintes estão escritas palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Lê as palavras escritas nos rectângulos, uma por uma, e escolhe as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas brasileiras. Circunda as palavras que escolheres.

antipáticas	limpas	estúpidas
sujas	inteligentes	preguiçosas
felizes	trabalhadoras	desonestas
simpáticas	honestas	tristes

3.1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas brasileiras. Tu gostas ou não gostas de pessoas brasileiras?

R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinala a tua resposta.



4 – Nos rectângulos seguintes estão escritas palavras que podem ser utilizadas para descrever pessoas. Lê as palavras escritas nos rectângulos, uma por uma, e escolhe as palavras que tu pensas que podem ser utilizadas para descrever pessoas chinesas. Circunda as palavras que escolheres.

antipáticas

limpas

estúpidas

sujas

inteligentes

preguiçosas

felizes

trabalhadoras

desonestas

simpáticas

honestas

tristes

4.1 – Agora quero perguntar-te mais uma coisa sobre pessoas chinesas. Tu gostas ou não gostas de pessoas chinesas?

R: \_\_\_\_\_

Até que ponto gostas (ou não gostas)? Assinala a tua resposta.

